

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

ANEILZA DE CARVALHO FERREIRA

“AUTISMO” E “AUTISTA”: UM ESTUDO LÉXICO-SEMÂNTICO

CAMPO GRANDE – MS

Novembro/ 2023

Aneilza de Carvalho Ferreira

“AUTISMO” E “AUTISTA”: um estudo léxico-semântico

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito para a obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: Linguística e Semiótica.
Orientação: Prof. Dr. Bruno Oliveira Maroneze.

Campo Grande – MS

Novembro/ 2023

Aneilza de Carvalho Ferreira

“AUTISMO” E “AUTISTA”: um estudo léxico-semântico

APROVADA POR:

Professor Doutor Bruno Oliveira Maroneze (PPGEL / UFMS - orientador)

Professor Doutor Renato Rodrigues Pereira (PPGEL / UFMS - titular)

Professora Doutora Mariângela de Araújo (USP - titular)

Professora Elizabete Aparecida Marques (PPGEL / UFMS - suplente)

Campo Grande, MS, 27 de novembro de 2023.

Un viaje largo¹

Ha sido largo el viaje pero al fin llegué
La luz llegó a mis ojos aunque lo dudé
Fueron muchos valles de inseguridad
Los que crucé
Fueron muchos días de tanto dudar
Pero al fin llegué, llegué a entender
Que para esta hora he llegado
Para este tiempo nací
En sus propósitos eternos yo me vi
Para esta hora he llegado
Aunque me ha costado creer
Entre sus planes para hoy, me encontré
Y nunca imaginé que dentro de su amor
Y dentro de sus planes me encontrara yo
Fueron muchas veces que la timidez
Me lo impidió
Fueron muchos días de tanto dudar
Pero al fin llegué, llegué a entender
Que para esta hora he llegado
Para este tiempo nací
En sus propósitos eternos yo me vi
Para esta hora he llegado
Aunque me ha costado creer
Entre sus planes para hoy, me encontré
[...]
Ha sido largo el viaje
Pero al fin llegué.

¹ Letra de Jesús Adrián Romero, canção interpretada por Marcela Gándara, cantora-compositora mexicana. Álbum: Más Que Un Anheló, 2006.

DEDICATÓRIA

À minha família, por serem os primeiros a acreditarem nos meus esforços e dizerem que sou capaz, pela paciência e por entenderem os motivos da minha momentânea distância.

Ao meu esposo Antonio Marcos, por respeitar o meu tempo, minhas limitações e perdoar minhas falhas, por acreditar, dizendo em poucas palavras, que eu chegaria ao final do processo.

Ao meu filho primogênito Sávio Antonio, meu *gentleman*, admirável em seu jeito de ser, pelo cuidado com os irmãos menores e auxílio nos pequenos afazeres da casa, o que contribuiu, em várias ocasiões, para que eu pudesse realizar uma tarefa do mestrado. Filho amoroso e atencioso que sempre me entregava os recadinhos dos amigos de “diga a sua mãe que mandei um abraço”, quando de minha ausência.

À minha filha Anne Sofia, minha pequena flor, pelas vezes que lhe disse: “Anne, agora não posso, tenho que estudar.” Quando tão somente queria minha companhia e, em seu modo de se queixar das coisas, contestava-me: “ah! de novo você vai estudar? Mas você já fez faculdade, você já é professora!” Dedico a ela, pelas palavras de encorajamento que me deu, mesmo em sua inocência de criança, ao dizer: “mamãe, eu quero ser igual a você”. Em cada palavra eu sentia um sopro de ânimo. Filha, saiba que em meu coração e em orações você é a minha melhor versão sendo você.

Ao meu filho Saulo, quem tão somente nos ensina a cada dia a ver o mundo em suas infinitas possibilidades de ser, de sentir e de se transformar; quem nos mostra como é simples olhar, ouvir e perceber o outro além do que vemos ou julgamos como “certo ou errado”; garoto que, sendo ou não um “anjo azul”, Deus nos concedeu como filho para nos mostrar a simplicidade do que é amar.

A todos os autistas que, do seu jeitinho, a cada dia nos mostram como é possível conhecer um único mundo de várias maneiras.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por passear pelas páginas em branco da minha vida de aquarela em mãos. Por me guiar nesta jornada, na qual pude amadurecer não só intelectualmente e/ou profissionalmente, mas muito mais enquanto pessoa que entendeu que o propósito já estava, e que só precisava passar pelo processo.

Aos mestres com carinho, por compartilharem de seus olhares além do horizonte. Docentes ímpar, os quais mantiveram um cuidado humanizado aos seus acadêmicos durante o contexto pandêmico e souberam entender as nuances de nossas incertezas e preocupações. Meu obrigada de coração aos Professores do PPGEL/UFMS: Geraldo Vicente, Elizabete Aparecida Marques, Aparecida Negri Isquardo; e ao docente Rosivaldo Gomes, da Universidade Federal do Amapá. Cito de forma especial aos que, amavelmente, aceitaram compor a banca de defesa desta dissertação, que foram de suma importância para o resultado final desta pesquisa, com preciosas contribuições na qualificação - Professora Doutora Mariângela de Araújo (USP), Professor Doutor Renato Rodrigues-Pereira (UFMS/Campus Três Lagoas).

Ao meu orientador Professor Doutor Bruno Oliveira Maroneze (UFGD), por sempre dizer que eu podia e que estava tudo indo bem nos momentos em que as coisas não estavam tão certas assim. Docente orientador que muito me encorajou quando em mim não acreditei; foi a força amiga quando mais fraqueza demonstrei; quem muito contribuiu para o meu amadurecimento nesta longa jornada acadêmica, com o partilhar de seus conhecimentos, com as observações e questionamentos pertinentes - acompanhados de um olhar e tom de voz paciente. A quem serei sempre grata, a canção da gratidão na melodia de uma doce flauta e composta no coração.

Um agradecimento de alma a quem foi luz para os meus primeiros passos no mundo das Letras, quem me apresentou o lado mais apaixonante de uma língua, quem muito demonstrou garra pelo que vale a pena lutar, que tudo nos é possível quando queremos e acreditamos. Com carinho às mestras e amigas que a Língua Espanhola me presenteou e que hoje se estende à eternidade: Professoras Vera Lúcia do Amaral e Iromar Vilella [*in memoriam*]: *Las echo de menos*.

Aos meus colegas de jornada acadêmica, as luzes que se acendiam no final do túnel, Simone Marques, Wanderley Rennan, Kamilla Vieira, Aline Zanine, Ana Greice, Kamila Barbosa e Simone Lima, pelos momentos de estudo em grupo, pelas trocas profícuas, pelas mãos

estendidas e que se juntavam para elaborar ensaios, apresentação de leituras, de seminários e até de *live* nas aulas do mestrado, pelas palavras de fé e de incentivo.

Aos amigos de longa data, seja da graduação ou do local de trabalho, os quais a UFMS e o IFMS me presentearam. Sou grata pelo apoio, por aqueles que absorveram em suas cargas horárias de trabalho os meus horários de sala de aula; pelos votos de sucesso, por vibrar e comemorar comigo a cada etapa concretizada, pelo ombro amigo nos momentos de escuta quando tão somente precisava desabafar, pelo incentivo ao “faz logo esse mestrado”. Dos quais ouvi as frases da conquista: faça todo dia um pouquinho. Estarei aqui para o que precisar. Eu torço por você. Confia em Deus. Eu te admiro. Força aí. Você consegue. Você merece! Perto ou longe são para guardar do lado esquerdo do peito: Ayla Lizandra, Beatriz Alencar, Carolina Vasconcellos, Elaine Darnizot, Enilda Romero, Danieli Francisquini, Flávio Amorim da Rocha, Hilda Romero, Jaqueline Alonso, Jaqueline Mello, Jocimara Grillo, Lilian Hornbrook, Rodrigo Falson, Rosane Fernández, Verônica Rivas.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, na figura da Reitora e dos Gestores Geral e de Ensino, Coordenação de Curso e Coordenação de Gestão de Pessoas do Câmpus Campo Grande, instituição onde exerço minha docência, agradeço pela oportunidade de retomar a carreira acadêmica. Retorno oportunizado por um programa de capacitação em cursos de pós-graduação aos seus servidores sem prejuízo à questão salarial, o que me permitiu dedicar tempo para a obtenção do título de mestre.

À minha mãe Anelir de Carvalho - indubitavelmente, meu porto seguro. Heroína da vida real, quem diante das mais tristes incertezas da vida soube zelar pelos filhos e seguir de cabeça erguida. Quem nunca mediu esforços para que pudéssemos estudar e trabalhar sem maiores preocupações; em diversos momentos, sendo avó zelosa, cuidou de meus filhos para que eu me dedicasse a uma missão de estudo ou trabalho. Exemplo de fé e fortaleza que muito me ensinou a confiar que a benção de Deus, em nossa vida, nos é dada no momento certo. Mãe, a ti todo o meu amor e tudo o que já conquistei e sou.

Aos meus irmãos Albaniza, Alex e Patrícia, os que levo como parte de mim, pois nossa conexão ultrapassa questões sanguíneas. Na fraternidade superamos adversidades e unidos mantemos um amor maior: a família à qual pertencemos.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas, meu coração fora do peito, pelos olhares curiosos, admirados e surpresos quando ouvem as minhas histórias de estudante. Que eu possa retribuir esses olhares cintilantes, com exemplos e incentivos aos seus estudos. Deus os abençoe.

Ao meu pai Alan Kardec Alves da Silva [*in memoriam*], que mesmo não sendo o meu progenitor, é o pai que eu não sabia que me fazia falta. Em meio a dor de sua partida, justo no

dia dos pais de 2022, peço que os Santos Anjos levem até você a minha gratidão. Pelas vezes que dizia que tínhamos que estudar para ter uma boa profissão, por tudo o que estava ao seu alcance e fez por mim, gratidão! Seus esforços não foram em vão, de onde estiver, veja que ainda sigo o trilhar dos estudos e espero que se orgulhe. Sinto sua falta.

Aos demais familiares, menciono aqui os meus sogros, cunhados(as), bisavó Cecília e avó Maria, tios(as) e primos(as), pelos votos de sucesso e palavras de benção e ânimo.

À Associação de Pais e Amigos do Autista de Campo Grande - MS, instituição que nos recebeu como o aconchego de um abraço desde 2013, da qual me orgulho em zelar como um segundo lar.

A todos aqueles que se dedicaram/dedicam a todas as questões relacionadas ao autismo, que de alguma forma contribuíram para a concretização deste mestrado, **o meu muito obrigada!**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA - Análise Aplicada do Comportamento (*Applied Behaviour Analysis*)

AFF - Aspies pela Liberdade (*Aspies for Freedom*)

APA - Associação Americana de Psiquiatria (*American Psychiatric Association*)

CDC - Centro de Controle e Prevenção de Doenças (*Center of diseases Control and Prevention*)

CDPD - Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (*ICD -International Statistical Classification of diseases and Related Health Problems*)

Ciptea - Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*)

EUA - Estados Unidos da América

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MU - Marcas de uso

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONGs - Organizações não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PNAD Contínua - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua

TCC - Teoria Geral da Terminologia

TEA - Transtorno do Espectro Autista

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas (*United Nations Population Fund*)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Critérios diagnósticos do TEA

Tabela 2: Níveis de gravidade do TEA

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Prevalência do TEA nos EUA

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Laço símbolo do autismo

Figura 02: Símbolo da neurodiversidade

Figura 03: Cordão do Girassol

Figura 04: Estrutura Lexicográfica

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Bases legais do TEA

Quadro 02: Comparativo do verbete “autismo” dos dicionários on-line analisados

Quadro 03: Comparativo do verbete “autista” dos dicionários online analisados

Quadro 04: Comparativo do verbete “autismo” dos dicionários impressos analisados

Quadro 05: Comparativo do verbete “autista” dos dicionários impressos analisados

Quadro 06: Marcas de uso registradas nos dicionários *online* analisados.

Quadro 07: Marcas de uso registradas nos dicionários impressos analisados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – CONCEITO DE AUTISMO.....	16
1.1 Conceituação do termo.....	16
1.2 Da etiologia, do diagnóstico e estimativa do TEA.....	20
1.3 Dos elementos representativos do TEA.....	28
1.3.1 Das Leis.....	28
1.3.2 Do dia Mundial de Conscientização do Autismo.....	31
1.3.3 Do dia do Orgulho Autista.....	33
1.3.4 Cordão do Girassol.....	34
CAPÍTULO 2 – ESTUDOS DO LÉXICO: LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E TERMINOLOGIA.....	36
2.1 Alguns conceitos teóricos em Lexicologia.....	36
2.2 Alguns conceitos teóricos da Lexicografia.....	38
2.3 Brevemente sobre o dicionário.....	41
2.4 Estrutura textual do dicionário pertinentes ao estudo da temática.....	44
2.5 Alguns conceitos teóricos em Terminologia.....	50
2.5.1 A Ciência dos termos especializados.....	50
2.5.2 Unidade lexical terminológica: o termo.....	51
CAPÍTULO 3 – HISTÓRIA DOS TERMOS “AUTISMO” E “AUTISTA”.....	57
3.1 Breve descrição histórica da palavra “autismo” em português.....	58
3.2 Os termos “autismo” e “autista” nos dicionários da Língua Portuguesa.....	60
3.3 Análise dos dados.....	66
3.3.1 Etimologia.....	66
3.3.2 Marcas de uso.....	67
3.3.3 Definição.....	69
3.3.4 Exemplos de uso.....	70
3.4 Considerações do capítulo.....	72
CAPÍTULO 4 – A PRESCRIÇÃO LEXICAL: USOS INDEVIDOS DE “AUTISMO” E “AUTISTA”.....	73
4.1 Do uso conotativo, pejorativo e estigmatizado de uma unidade lexical.....	74
4.2 Da campanha #Autismo não é adjetivo.....	76
4.3 Metodologia.....	77
4.4 Análise.....	78
4.5 Considerações sobre o capítulo.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	85

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou autismo, como é conhecido, é considerado um dos distúrbios do neurodesenvolvimento mais estudado e debatido na atualidade. De causas ainda desconhecidas, tem levado pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento a uma busca incessante de informações. Estudos sobre o TEA em campos do conhecimento como a medicina, a psicologia, a fisioterapia, a fonoaudiologia, a terapia ocupacional e a educação, por exemplo, começam a surgir como promissores e profícuos. No entanto, observou-se que, na área da linguística são ainda poucos – e de certa forma recentes – os estudiosos que se destinam a pesquisas sobre a temática. Diante dessa realidade, vemos a importância de se pesquisar a respeito do autismo. Nesse contexto, a presente pesquisa de mestrado teve como objetivo principal investigar os termos “autismo” e “autista”, realizando um estudo léxico-semântico, contemplando os objetivos específicos de: 1. situar, diacronicamente, o surgimento desses termos na língua portuguesa; 2. historicizar os seus registros lexicográficos; e 3. descrever os sentidos pejorativos atribuídos a esses termos, discutindo o seu uso inadequado. Ao longo do percurso, pautamos nossas considerações no arcabouço teórico da Lexicologia e da Lexicografia, no que diz respeito ao léxico e à obra lexicográfica; nos conceitos da Terminologia, para elucidar sobre o termo e a vulgarização de termos; servimo-nos também dos estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), para uma abordagem quanto a sua etiologia, características, diagnóstico, estimativa, entre outros. Buscamos responder os seguintes questionamentos: i) Desde quando se tem o registro de autismo/autista? ii) Qual a origem dos termos? iii) Será que os dicionários editados ou reeditados posteriormente às ocorrências de fatos legais de relação direta com o autismo, em nada mudaram quanto à definição desses termos? iv) Quais palavras são comumente usadas para se referir ao autismo/autista? Metodologicamente, adotamos os procedimentos de coleta e análise de dados encontrados em corpúscos diacrônicos, dicionários de épocas anteriores, e dicionários atuais *online* e impressos, com vistas a observar as mudanças de significado ao longo do tempo e identificar de que forma essas obras o definem. Por meio de recortes de contextos de pesquisa, de notícias e matérias jornalísticas que circulavam livremente pela internet, fizemos análise para identificar outras denominações para os conceitos de “autismo” e “autista”, observando que outras concepções as embasam, descrevendo os sentidos pejorativos atribuídos a esses termos, bem como seu uso inadequado. Os resultados das análises dos dados obtidos nas obras lexicográficas evidenciaram que o registro dos verbetes “autismo” e “autista” carecem de uma atenção quanto à reformulação/atualização de suas definições. As inadequações que apontamos estão diretamente relacionadas a concepções não mais adequadas, o que evidenciou a dificuldade com que muitas vezes se deparam os familiares e as pessoas com TEA (bem como os consulentes em geral) em encontrar fontes de informações confiáveis a respeito dos conceitos de “autismo” e “autista”. Constatamos também a importância de se adequar as definições desses verbetes a fim de evitar estereótipos e estigmatização, sabendo-se que as lexias “autismo” e “autista” foram, e ainda estão sendo, usadas de maneira desmedida, refletindo os atos discriminatórios para com os autistas. Dessa forma, esperamos que nossas constatações e reflexões contribuam significativamente com estudos futuros relacionados ao TEA à luz da Linguística e das Ciências do Léxico, dando margem à profícuas pesquisas sobre o autismo.

Palavras-chave: Lexicologia. Lexicografia. Terminologia. Transtorno do Espectro Autista.

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) or autism, as it is known, is considered one of the most studied and debated neurodevelopmental disorders today. Having causes that are still unknown, it has led researchers from the most diverse areas of knowledge to an incessant search for information. Studies on ASD in fields of knowledge such as medicine, psychology, physical therapy, speech therapy, occupational therapy and education, for example, are beginning to emerge as promising and fruitful. However, it was observed that, in the area of linguistics, there are still few - and somewhat recent - scholars dedicated to research on the subject. Given this reality, one may emphasize the importance of researching autism. In this context, the main objective of this master's research was to investigate the terms *autismo* ('autism') and *autista* ('autistic person'), carrying out a lexical-semantic study, contemplating the specific objectives of: 1. situating, diachronically, the emergence of these terms in the Portuguese language; 2. historicize their lexicographic records; 3. identify, onomasiologically, other denominations for the concepts of 'autism' and 'autistic person'; and 4. describe the pejorative meanings attributed to these terms, discussing their inappropriate use. Along the way, we based our considerations on the theoretical framework of Lexicology and Lexicography, with regard to the lexicon and lexicographic work; on Terminology concepts, to clarify the term and the vulgarization of terms; we also use studies on Autism Spectrum Disorder (ASD), for an approach to its etiology, characteristics, diagnosis, estimation, among others. We seek to answer the following questions: i) Since when has *autismo/autista* been registered? ii) What is the origin of the terms? iii) Have the dictionaries published or re-edited subsequent to the occurrence of legal facts directly related to autism been changed regarding the definition of these terms? iv) What words are commonly used to refer to autism and the autistic person? Methodologically, we adopted procedures of data collection and analysis found in diachronic corpus, dictionaries from previous years, and current online and printed dictionaries, with a view to observing changes in meaning over time and identifying how these works define it. Through clippings of research contexts, news and journal articles that circulated freely on the internet, we were able to identify other denominations for the concepts of 'autism' and 'autistic person', observing which other conceptions support them, describing the pejorative meanings attributed to these terms, as well as their inappropriate use. The results of the analysis of data obtained from lexicographical works showed that the registration of the entries *autismo* and *autista* require attention regarding the reformulation/updating of their definitions. The inadequacies we point out are directly related to outdated conceptions, which highlighted the difficulty that family members and people with ASD (as well as consultants in general) often face in finding reliable sources of information regarding the concepts of 'autism' and 'autistic person'. We also note the importance of adapting the definitions of these entries in order to avoid stereotypes and stigmatization, knowing that the terms *autismo* and *autista* were, and still are, used in an excessive manner, reflecting discriminatory acts towards autistic people. In this way, we hope that our findings and reflections contribute significantly to future studies related to ASD in the light of Linguistics and Lexicon Sciences, giving rise to fruitful research on autism.

Keywords: Lexicology. Lexicography. Terminology. Autism Spectrum Disorder.

INTRODUÇÃO

Há exatos 80 anos o psiquiatra austríaco Leo Kanner, radicado nos Estados Unidos, identificou, pela primeira vez, em 1943, um conjunto de comportamentos característicos que algumas das crianças por ele atendidas manifestavam. Esse conjunto de comportamentos veio a ser conhecido como Síndrome do Autismo. É considerado um dos distúrbios mais estudado e debatido na atualidade, de causas ainda não confirmadas, e tem levado pesquisadores das mais diversas ciências a uma busca incessante de informações e comprovações científicas, para se alcançar um melhor entendimento a respeito, seja sobre sua etiologia, suas especificidades tanto para diagnóstico como para intervenções terapêuticas adequadas, seja sobre seu percurso histórico, dos direitos, do processo de ensino e de aprendizagem, entre outras.

Diante dessa realidade, vemos a importância de se pesquisar a respeito do Transtorno do Espectro Autista, doravante TEA, ou autismo, como conhecido até então, pois as variadas questões relativas ao transtorno nem sempre foram vistas de um mesmo modo ao longo do desenvolvimento das diversas ciências.

Estudos sobre o TEA nos campos do conhecimento como a medicina, a psicologia, a fisioterapia, a fonoaudiologia, a terapia ocupacional e a educação, por exemplo, começam a surgir como promissores e profícuos.

Mesmo que, aparentemente, estejamos evoluindo enquanto sociedade civilizada, entendida aqui por aquela em que as pessoas de raça, cor, cultura, gênero e credo diferentes são capazes de conviver respeitosamente e compreendendo que a diversidade e o diálogo são formas para uma vivência harmoniosa e fraterna, habitamos em um mundo cujos padrões sociais são pré-estabelecidos, onde aquele que não corresponda a um desses, é de imediato excluído. Paradigma esse que rompemos lentamente ao passo que se nota uma humanização significativa nas atitudes da sociedade face à pessoa com deficiência.

É notória a considerável bibliografia que abarca o tema TEA, desde o procedimento para o diagnóstico, a intervenção da psicologia, os diferenciados contextos das terapias, da educação, biografias, relatos de superação e de busca por direitos por parte de pais e familiares de autistas e da pessoa autista, entre outros. Porém, observou-se que, na área da linguística são ainda poucos – e de certa forma recentes – os estudiosos que se destinam a pesquisas sobre a temática.

Destarte, indo ao encontro do que foi observado, a presente dissertação de mestrado teve como primeira mola propulsora a minha vivência diária com uma pessoa autista, o que intitulo aqui como motivação pessoal.

O impacto de um diagnóstico de autismo de um filho afeta a todos de um grupo familiar, direta ou indiretamente, em meu núcleo familiar não foi diferente. Meu filho Saulo, hoje um juvenzinho de 15 anos, teve seu diagnóstico aos cinco anos de idade. Por um longo período passamos por peregrinações médicas na tentativa de entender o que havia de “errado” com o nosso filho. E assim, ao receber o diagnóstico vivemos o chamado “luto” no autismo, por um tempo concebendo-o como uma sentença de culpa, na cíclica dos porquês sem respostas, e vivendo as angústias e incertezas diárias do desconhecido “mundo azul”. E tudo se ampliava em cada busca de ajuda sobre como lidar com o nosso menino e muito mais das intervenções médicas, já que ler sobre o autismo é uma coisa e conviver com ele, é bem outra.

Tratemos agora da segunda mola propulsora: as definições diversificadas encontradas para os termos “autismo” e “autista” em dicionários da língua portuguesa, impressos e online, as definições e/ou termos relacionados atribuídos à pessoa autista, em sites – especializados e não especializados – e canais do YouTube que abordam a temática do transtorno. Esses termos originaram-se na área da Psiquiatria e, atualmente, já são empregados na linguagem cotidiana.

As divergências constatadas fizeram com que a atenção se voltasse para a busca de respostas às perguntas: i) Desde quando se tem o registro de autismo/autista? ii) Qual a origem dos termos? iii) Será que os dicionários editados ou reeditados posteriormente às ocorrências de fatos legais² de relação direta com o autismo, em nada mudaram quanto à definição desses termos? iv) Quais palavras são comumente usadas para se referir ao autismo/autista? Ou seja, há sinônimos e/ou adjetivos para autista?

Para que trabalhássemos com afínco o tema, na busca de respostas às nossas inquietações, estabelecemos como objetivo principal fazer um estudo léxico-semântico dos termos “autismo” e “autista”, tendo em vista os seguintes objetivos específicos:

1. Situar, diacronicamente, o surgimento desses termos na língua portuguesa, baseando-nos em pesquisas em córpus diacrônicos, com vistas a observar suas mudanças de significado ao longo do tempo;

² Esses fatos são as leis e decretos em prol à pessoa autista, sancionados entre os anos 2011 e 2023, e estão evidenciados na seção 1.3.1 do primeiro capítulo.

2. Historicizar o registro lexicográfico desses termos, por meio de buscas em dicionários de épocas anteriores, procurando identificar de que forma essas obras os definem;
3. Descrever os sentidos pejorativos atribuídos a esses termos e discutir o uso inadequado dos termos.

Para atingir os objetivos propostos, traçamos um percurso buscando facilitar a construção deste trabalho, estruturando a dissertação da seguinte maneira: no capítulo 1, com o intuito de contextualizar o autismo, apresentamos informações relevantes considerando as contribuições advindas das produções científicas acerca do tema, e das indagações motivadoras, após uma breve revisão da literatura no tocante ao TEA.

No capítulo 2, são apresentados os pressupostos teóricos que norteiam a pesquisa, priorizando estudos que envolvem o léxico, bem como os ramos que se ocupam deste objeto: a Lexicologia e a Lexicografia.

No capítulo 3, apresentamos um apanhado histórico dos termos “autismo” e “autista”, tendo como fonte pressupostos da Etimologia. Na sequência, descrevemos a pesquisa realizada em dicionários de Língua Portuguesa, impressos e *online*, expondo a análise dos dados e tecendo considerações sobre os resultados obtidos.

No capítulo 4, trazemos algumas considerações a respeito de como essas palavras adquirem sentidos pejorativos, que passam a ser considerados inadequados.

Observamos que, para contemplar a finalidade a que nos propomos, nos capítulos 3, 4 incluímos os procedimentos metodológicos adotados nas análises dos dados, explicitando as etapas metodológicas adotadas para a pesquisa, a forma de organização e desenvolvimento de cada uma, bem como os instrumentos para a coleta de dados.

Por fim, em Considerações Finais discorremos sobre os objetivos alcançados e elencamos os resultados obtidos de forma geral, tecendo as devidas considerações. Na sequência do corpo textual, sinalizamos as referências do nosso aporte teórico, utilizadas ao longo da dissertação.

CAPÍTULO 1 – CONCEITO DE AUTISMO

1.1 Conceituação do termo

O autismo se tornou temática abordada em estudos de diversas áreas do conhecimento, a saber: na genética humana, nas ciências da saúde, na educação, entre outras.

Esse termo é oficialmente usado para referir-se ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), nomenclatura vigente desde 2013, conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM)³.

O termo “autismo”, segundo Cunha (1982) e Evans (2013), foi empregado pela primeira vez no idioma alemão (*Autismus*), em 1911, criado pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler para designar um sintoma da esquizofrenia - conceito também criado por Bleuler - o isolamento.

Segundo Marinho e Merkle (2009) as primeiras descrições sobre o autismo foram realizadas em 1943, pelo psiquiatra infantil austríaco Leo Kanner, que o descreveu no artigo *Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo (Autistic disturbances of affective contact)*, publicado na Revista *Nervous Children*. Nessa publicação Kanner ressalta que o principal sintoma, o isolamento autístico, estava presente na criança desde o início da vida. O psiquiatra descreveu os casos de onze crianças, por ele acompanhadas em tratamento psiquiátrico na época, que tinham em comum um isolamento extremo e um anseio obsessivo pela preservação da rotina, denominando-as de autistas.

Concomitantemente aos estudos de Kanner, surgiram as pesquisas do psiquiatra austríaco Hans Friedrich Karl Asperger. Em seu artigo *A Psicopatía Autista na Infância*, de 1944, Hans Asperger descreveu a dificuldade de compreensão, a estranheza na fala e a restrição na comunicação por parte das pessoas tidas como autistas. Os artigos publicados por esses médicos⁴ foram de grande valia na abordagem do autismo como um distúrbio neurológico e não como uma doença.

Para melhor elucidar as constatações, elencamos, com base em Tamanaha, Perissinoto e Chiari (2008), o conceito de autismo dado por Kanner, e em seguida também abordamos a conceituação publicada em uma revista especializada no assunto (2019), e incluímos o registro encontrado em um dicionário de uso geral da Língua Portuguesa

³ De acordo com a publicação da revisão mais recente do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), DSM-5, coordenado pela Associação Americana de Psiquiatria (*American Psychiatric Association*), APA, de 2013, com tradução para a Língua Portuguesa em 2014, os grupos de estudos optaram pela utilização da nomenclatura de Transtorno do Espectro Autista, definida sigla TEA. Atualmente o DSM conta com 300 (trezentas) categorias de diagnósticos, três vezes mais do que em sua primeira publicação em 1952.

⁴ O termo autismo foi difundido em 1911 na literatura psiquiátrica por Paul Eugen Bleuler (1857-1939), tido como o ‘pai do autismo na psiquiatria’, em seu livro *Demência Precoce* ou *o Grupo das Esquizofrenias*, conceituou autista como sendo um paciente gravemente retraído, com dificuldade de convívio social e com esquizofrenia. Leo Kanner (1894-1981) é reconhecido como o ‘pai do autismo como síndrome diagnosticável’, em seus estudos explicou as alterações na linguagem, a aparente incapacidade de relacionamento e a rigidez quanto a variar o ambiente, características presentes nos pacientes por ele acompanhados. Hans Asperger (1906-1980) é nomeado como o ‘pai do autismo como condição’, tendo seu nome atribuído à Síndrome de Asperger. Sobre o assunto, sugerimos conferir Grinker (2010).

(2021). Apresentamos também, o conceito de autismo conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais - 5 (DSM-5) revisado em 2013 (APA, 2014), o que é de suma importância por se tratar de um documento orientador oficial da área médica.

De acordo com Tamanaha, Perissinoto e Chiari (2008) o psiquiatra Kanner, denominou o Autismo Infantil, em 1943⁵, como sendo Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, como uma condição com características comportamentais bastante específicas, tais como: perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente normal, comportamentos ritualísticos, início precoce e incidência predominante no sexo masculino.

As descrições de Kanner foram rapidamente absorvidas pela comunidade científica, no que se diz sobre ser o autismo um conjunto de sintomas que afeta a área da socialização, comunicação e comportamento.

Outros trabalhos acadêmicos que abordam o autismo foram realizados no decorrer do século XX. Entretanto, as definições, ao longo do tempo, não foram, de todo, esclarecedoras, fato este que pode ser atribuído às causas, ainda desconhecidas, sobre a origem do transtorno. Servimo-nos, a título de exemplificação, de um conceito sobre o autismo, conforme Francisco Paiva Junior, editor chefe da *Revista Autismo*, primeira revista da América Latina, em língua portuguesa, especializada nos assuntos do Transtorno do Espectro Autista:

O autismo — nome técnico oficial: Transtorno do Espectro Autista (TEA) — é uma condição de saúde caracterizada por déficit na comunicação social (socialização e comunicação verbal e não verbal) e comportamento (interesse restrito e movimentos repetitivos). Não há só um, mas muitos subtipos do transtorno. Tão abrangente que se usa o termo “espectro”, pelos vários níveis de comprometimento — há desde pessoas com outras doenças e condições associadas (comorbidades), como deficiência intelectual e epilepsia, até pessoas independentes, com vida comum, algumas nem sabem que são autistas, pois jamais tiveram diagnóstico. (PAIVA JUNIOR, 2019)

Cabe exemplificar, também, que mesmo com os estudos de décadas e os mais recentes com foco no autismo, algumas definições atribuídas e termos a este correlacionados, não estão ainda claros e, em poucos casos e contextos, formam parte do vocabulário e entendimento de muitos. Para ilustrar nossa observação, segue significado

⁵ O termo “autismo” já existia, com outros significados; o que Kanner fez foi estabelecer o conceito médico conforme as características descritas pelo mesmo, o que serviu de base aos demais profissionais da área médica em geral nas investigações posteriores sobre o transtorno.

registrado em um dicionário da língua portuguesa, disponível online, em que as informações não nos pareceu estarem apresentadas de forma clara ou específica a um consulente leigo.

substantivo masculino PSIQ.

polarização privilegiada do mundo dos pensamentos, das representações e sentimentos pessoais, com perda, em maior ou menor grau, da relação com os dados e exigências do mundo circundante
(DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, versão *online*, 2021)

O dicionário geral de língua costuma ser a primeira fonte de consulta daqueles que necessitam compreender o significado de palavras pouco frequentes. Assim, entendemos que é relevante que as definições mais específicas sejam, de fato, aclaradoras ao consulente em relação às de maior frequência, visto que, em seu entorno são identificadas pelo contexto e reconhecidas com facilidade. Ressaltamos que informações precisas sobre o autismo, mesmo que parciais, fazem com que muitas famílias encarem com certa positividade o laudo diagnóstico.

Como apresentado na introdução, atualmente o termo mais aceito e difundido no âmbito acadêmico e científico é o Transtorno do Espectro Autista ⁶(TEA), com o seu conceito consagrado pelo DSM-5:

O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. (APA, 2014, p. 31)

De acordo com Coutinho et al. (2013), o Manual teve como principal modificação a eliminação das denominações Autismo, Síndrome de Asperger, Transtorno Desintegrativo da Infância e Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra Especificação, passando a existir apenas uma denominação para todas: Transtorno do Espectro Autista. Síndromes e transtornos que, em versões anteriores do referido manual, caracterizavam-se enquanto categorias distintas passam a ser variantes de um mesmo distúrbio.

⁶ A psiquiatra inglesa Lorna Wing (1928-2014) é reconhecida desde 1979 como a ‘mãe da expressão espectro autista’; sua vasta pesquisa sobre o autismo fez com que a expressão “mães geladeiras”, apregoada pelo psicanalista Bruno Bettelheim (1903-1990), que em 1967, com a publicação da obra *A Fortaleza Vazia*, atribuiu o autismo a falta de afetividade por parte da mãe, caísse por terra no âmbito científico, acadêmico e familiar. Também sobre o assunto sugerimos Gringer 2010.

Como o foco desta pesquisa envolve o tema do autismo, as observações recaem para as características apontadas no DSM-5. De acordo com Machado et al (2015) a principal característica do TEA são as dificuldades na comunicação, nas relações sociais e a presença de comportamentos repetitivos e interesses restritos, variáveis de pessoa para pessoa, o que contribuiu para que o DSM-5 adotasse a noção de espectro, além da classificação em níveis de suporte - nível 1, 2 e 3, intitulados até então como leve, moderado e severo - indicando que cada autista manifesta de forma diferenciada os sintomas.

Em síntese, o TEA é um distúrbio do neurodesenvolvimento ainda sem comprovação científica de suas causas e que afeta três áreas do desenvolvimento: a comunicação, a socialização e o comportamento.

O conceito de “autismo” vem sendo transformado ao longo do tempo, à medida que se há o avanço da ciência, que se aprimoram os critérios de diagnóstico⁷, bem como as informações veiculadas e a compreensão das especificidades desse transtorno.

Tendo em vista noções preliminares sobre o tema, no próximo tópico trataremos de algumas peculiaridades do transtorno.

1.2 Da etiologia, do diagnóstico e estimativa do TEA

1.2.1 Da etiologia

O autismo é realidade presente no mundo, e ao longo dos anos tem sido permeado por polêmicas quanto a sua etiologia⁸.

De acordo com Silva e Mulick (2009), há um consenso entre os especialistas da área médica de que o autismo é decorrente de disfunções do sistema nervoso central, que levam a uma desordem no padrão do desenvolvimento do sujeito quando criança. Esses estudiosos afirmam que apesar da complexidade do sistema nervoso central, bem como as variadas manifestações sintomatológicas do autismo, até o presente momento, não está determinado

⁷ O diagnóstico de autismo é estabelecido com base em uma lista de critérios comportamentais. Em vários países da Europa e da América especialistas na área recomendam que o diagnóstico seja feito com base nos critérios estabelecidos pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (*ICD -International Statistical Classification of diseases and Related Health Problems*) (WHO, 1992), e ou pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*) (APA, 2003).

⁸ Na medicina a palavra *etiologia* refere-se ao estudo das causas das disfunções (MESQUITA, DUARTE, 1996).

qualquer aspecto biológico ou ambiental que pareça ser decisivo para a manifestação desse transtorno.

Assim, atualmente, o que se tem proposto é a identificação de fatores genéticos e biológicos que parecem contribuir para a exibição de certos sintomas ou características particulares de indivíduos autistas. Atentemo-nos de que há grande empenho por parte de neurocientistas direcionando suas pesquisas para a investigação de anomalias genéticas. A exemplo disso é o neurocientista brasileiro Alysson Muotri⁹, que desenvolve pesquisas com organoides cerebrais, minicérebros humanos, a partir de células-tronco para o estudo do TEA.

Estudos que associam as causas do autismo a fatores genéticos não são recentes. O primeiro estudo data de 1977, do psiquiatra britânico Michael Rutter e da psicóloga americana Susan Folstein. Esses especialistas analisaram e acompanharam por um período o desenvolvimento de 2 crianças gêmeas; o que foi importante para a compreensão da hipótese do autismo ser um transtorno com alto índice de caráter genético (DONVAN; ZUCKER, 2017). Girodo, Neves e Correa (2008) também definem a etiologia do autismo como heterogênea, multifatorial e com indicações genéticas.

A incidência de casos de autismo tem crescido de forma significativa. Muito se tem comentado sobre: “epidemia de autismo”, “o autismo virou moda”, “tá tendo muita gente com autismo”. O que nos cabe ponderar quanto aos comentários é que, primeiramente, não existe uma “epidemia de autismo”, considerando aqui que o autismo não se trata de doença contagiosa, mas sim de um transtorno do neurodesenvolvimento ainda sem comprovação dos fatores que o causam. (RIOS, C. et al., 2015).

Em segundo, com o avanço da ciência e das inúmeras pesquisas, as já existentes e as que surgem sobre o TEA, os protocolos de avaliação estão sendo cada vez mais aprimorados. No tocante a isso, o manual DSM-5 manifesta que “Ainda não está claro se taxas mais altas refletem a expansão dos critérios diagnósticos do DSM-IV de modo a incluir casos subliminares, maior conscientização, diferenças na metodologia dos estudos ou aumento real na frequência do transtorno.” (APA, 2014, p. 55).

Referente ao diagnóstico, falaremos no subtópico a seguir.

1.2.2 Do diagnóstico

⁹ Neurocientista e pai de autista, Alysson Muotri é professor da faculdade de medicina da Universidade da Califórnia em San Diego (EUA), diretor do Programa de Células-Tronco da mesma universidade e cofundador da startup de biotecnologia Tismoo biotech e da plataforma social Tismoo.me. Sobre a pesquisa sugerimos a leitura: MUOTRI, A.. **Minicérebros humanos, um novo modelo experimental para o estudo do TEA.** Revista Autismo, São Paulo, ano V, n.4, p.44-46, mar.2019.

O diagnóstico do TEA segue critérios estabelecidos pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) - da Associação Americana de Psiquiatria, e pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) - elaborada e revisada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), desde 1940, e é realizado de forma essencialmente clínica e multidisciplinar das especialidades médicas envolvidas no parecer diagnóstico, abrangendo psiquiatra, neurologista, fonoaudiólogo e psicólogo.

Segundo os critérios do DSM-5 (APA, 2014, p. 50), a pessoa diagnosticada com transtorno autista apresenta pelo menos seis sintomas do total de 12 dos apresentados na **Tabela 1** logo abaixo, que devem obedecer: no mínimo, dois dos sintomas devem ser na área de interação social, pelo menos um na área de comunicação e um na área de comportamentos restritos, repetitivos e estereotipados.

Tabela 1: Critérios diagnósticos do TEA

Critérios Diagnósticos	299.00 (F84.0)
<p>A. Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, conforme manifestado pelo que segue, atualmente ou por história prévia (os exemplos são apenas ilustrativos, e não exaustivos; ver o texto):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais. 2. Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou déficits na compreensão e uso gestos, a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal. 3. Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, a ausência de interesse por pares. <p><i>Especificar a gravidade atual:</i> A gravidade baseia-se em prejuízos na comunicação social e em padrões de comportamento restritos e repetitivos (ver Tabela 2).</p>	
<p>B. Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, conforme manifestado por pelo menos dois dos seguintes, atualmente ou por história prévia (os exemplos são apenas ilustrativos, e não exaustivos; ver o texto):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos (p. ex., estereotípias motoras simples, alinhar brinquedos ou girar objetos, ecolalia, frases idiossincráticas). 2. Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (p. ex., sofrimento extremo em relação a pequenas mudanças, dificuldades com transições, padrões rígidos de pensamento, rituais de saudação, necessidade de fazer o mesmo caminho ou ingerir os mesmos alimentos diariamente). 3. Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco (p. ex., forte apego a ou preocupação com objetos incomuns, interesses excessivamente circunscritos ou perseverativos). 4. Hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente (p. ex., indiferença aparente a dor/temperatura, reação contrária a sons ou texturas específicas, cheirar ou tocar objetos de forma excessiva, fascinação visual por luzes ou movimento). <p><i>Especificar a gravidade atual:</i> A gravidade baseia-se em prejuízos na comunicação social e em padrões restritos e repetitivos de comportamento (ver Tabela 2).</p>	
<p>C. Os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento (mas podem não se tornar plenamente manifestos até que as demandas sociais excedam as capacidades limitadas ou podem ser mascarados por estratégias aprendidas mais tarde na vida).</p>	
<p>D. Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente.</p>	
<p>E. Essas perturbações não são mais bem explicadas por deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) ou por atraso global do desenvolvimento. Deficiência intelectual ou transtorno do espectro autista costumam ser comórbidos; para fazer o diagnóstico da comorbi-</p>	

Fonte: DSM-5, APA, 2014, p. 50.

No DSM-5 (APA, 2014, p. 52), na **Tabela 2**, o autismo é classificado por níveis de gravidade (1, 2 e 3), considerando-se a acentuação dos déficits apresentados por cada indivíduo, e pode ser chamado comumente de grau leve, moderado e severo.

Tabela 2: Níveis de gravidade do TEA

TABELA 2 Níveis de gravidade para transtorno do espectro autista		
Nível de gravidade	Comunicação social	Comportamentos restritos e repetitivos
Nível 3 "Exigindo apoio muito substancial"	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa com fala inteligível de poucas palavras que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer a necessidades e reage somente a abordagens sociais muito diretas.	Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.
Nível 2 "Exigindo apoio substancial"	Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente estranha.	Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.
Nível 1 "Exigindo apoio"	Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amizades são estranhas e comumente malsucedidas.	Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência.

Fonte: DSM-5, APA, 2014, p. 52.

Quanto à análise diagnóstica, os autores Silva e Mulick (2009) afirmam que cada vez mais têm surgido profissionais que defendem que a forma mais adequada de se estabelecer o diagnóstico é de modo interdisciplinar, incluindo no mínimo neuropediatra e um psicólogo com especialização referente aos transtornos do neurodesenvolvimento. Esses profissionais analisam cada caso conjuntamente, identificando as nuances do quadro clínico do indivíduo, orientando a família sobre as possibilidades de tratamento e intervenções terapêuticas e encaminhando aos serviços necessários.

Das intervenções terapêuticas, de forma geral, são indicadas a psicoterapia, a fonoterapia e terapia ocupacional, entre outras a depender de cada caso, além do acompanhamento assíduo com neurologista e/ou psiquiatra; bem como a Terapia da

Análise do Comportamento Aplicada (ABA)¹⁰, de eficácia comprovada cientificamente para o tratamento do autismo¹¹.

Os estudiosos supracitados ainda observam que, houve uma melhora na capacitação dos profissionais da área médica envolvida para o reconhecimento dos sinais de autismo, tanto o precoce - até ou antes dos 3 anos de idade - quanto o tardio - em adolescentes, jovens e pessoas na fase adulta. Ponderam também que a ampliação dos critérios diagnósticos permitiram que maior gama de casos fosse incluída dentro do espectro, detectando-se casos que antes não eram diagnosticados, ou eram diagnosticados inadequadamente (SILVA e MULICK, 2009, p. 118).

De acordo com Amato et.al. (2011), no caso da infância, há ocorrências em que os especialistas da área médica exitam em dar os encaminhamentos para um laudo conclusivo, pois o diagnóstico de TEA envolve desde a distinção entre a suspeita de surdez associada à ausência de linguagem de algumas crianças autistas, até as discussões a respeito das sutis diferenças entre os distúrbios do desenvolvimento. Os autores afirmam que perpassam por estes distúrbios - espectro autista, os distúrbios específicos de linguagem e os transtornos de hiperatividade e déficit de atenção - características similares, em especial as relacionadas ao comportamento, a socialização e a comunicação.

Em relação às fases posteriores, adolescência, idade adulta e velhice, há o risco de diagnósticos equivocados previamente, pois em vários casos adolescentes e adultos com o transtorno do espectro autista, muito mais os de nível 1 de suporte, tido também por autismo leve, são mais propensos ao déficit de atenção e hiperatividade, ansiedade e depressão, haja vista as características em comum que permeiam esses transtornos (SILVA e MULICK, 2009, p. 120).

Borges e Boeckel (2010, apud Silva e Mulick, 2009) afirmam que é imprescindível a elaboração de modelos e diretrizes norteadoras para a realização do diagnóstico de autismo no Brasil, considerando que, apesar de ter havido enormes avanços nessas últimas décadas

¹⁰ ABA (Applied Behavior Analysis) é uma ciência complexa derivada do behaviorismo de Burrhus Frederic Skinner (1904-1990). É uma abordagem psicológica, uma ciência que fornece conhecimentos cientificamente comprovados sobre como e porque o comportamento ocorre. Sua eficiência está em alterar comportamentos socialmente relevantes, através da redução de déficits comportamentais por meio do desenvolvimento de habilidades. Foi originada nos EUA, na década de 60. Sugerimos consultar SELLA A.C; RIBEIRO D.M. *Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista. O que é análise do Comportamento Aplicada?*, (Org.). – 1. ed. – Curitiba: Appris, 2018. 323 p.

¹¹ De acordo com o Guia *Análise do Comportamento Aplicada: guia para pais* (2011, p. 2) - *A Parent's Guide to Applied Behavior Analysis*, do Programa *Autism Treatment Network*, da *Autism Speaks* -, a terapia ABA envolve o ensino intensivo e individualizado das habilidades necessárias para que o indivíduo autista possa adquirir independência e melhoria em sua qualidade de vida. Dentre as habilidades ensinadas se inserem os comportamentos que interferem no desenvolvimento e na integração da pessoa diagnosticada com autismo.

acerca da identificação precoce e do diagnóstico tardio, ainda existe uma lacuna em termos de conhecimento e capacitação profissional em relação às práticas diagnósticas, assim como na implementação de sistemas de apoio e intervenções tanto para a pessoa autista como para sua família. A preocupação manifestada pelos autores se refere em especial a realidade do nosso país, em que muitas pessoas ainda continuam por tempos sem diagnóstico ou com diagnóstico equivocado.

Ressaltamos o quão essencial é, para a família, e muito mais para a própria pessoa autista, obter o quanto antes o parecer diagnóstico, pois isso influi significativamente no desenvolvimento de vários aspectos da vida da pessoa a partir das intervenções terapêuticas indicadas. Lembremo-nos de que, em um passado não muito distante, crianças e adultos com deficiência deste tipo, ou outras de maior severidade, eram em sua maioria rejeitadas, abandonadas ao acaso e até asiladas em orfanatos ou hospitais psiquiátricos, em condições subumanas.

Percebe-se que, talvez, por conta desse avanço na precisão dos critérios diagnósticos é que se tem uma estimativa em que o quantitativo é importante para se comparar o aumento do número de casos de autismo em um curto período de tempo. Sobre isso, discorreremos a continuação.

1.2.3 Da estimativa do autismo

Segundo Fleischer, (2012, p. 231-32), em uma estimativa de 1994 a 2004, o diagnóstico estimativo em 1994 era de três crianças autistas a cada 10.000. Já, em 2004, apenas uma década depois, essa estimativa era de 60 casos de autismo para 10.000 crianças.

Conforme estimativa do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC¹²), do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, estatísticas apontam que a incidência do transtorno é maior em sujeitos do sexo masculino, a proporção é de 5 meninos afetados para cada menina. Dados do CDC de 2020, publicados no site Autismo e Realidade¹³, informam que a cada 54 pessoas 1 possui TEA.

¹² O Centro de Controle e Prevenção de Doenças, é uma agência do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, sediada na Geórgia, conduz pesquisas e fornece informações de saúde em diversas áreas. O CDC tem rastreado o número e as características de crianças autistas há mais de duas décadas. As pesquisas são divulgadas a cada dois anos.

¹³ Instituição formada em 2010 como uma associação de pais e profissionais de saúde, o site Autismo e Realidade tem como propósito difundir conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Site <https://autismoerealidade.org.br>.

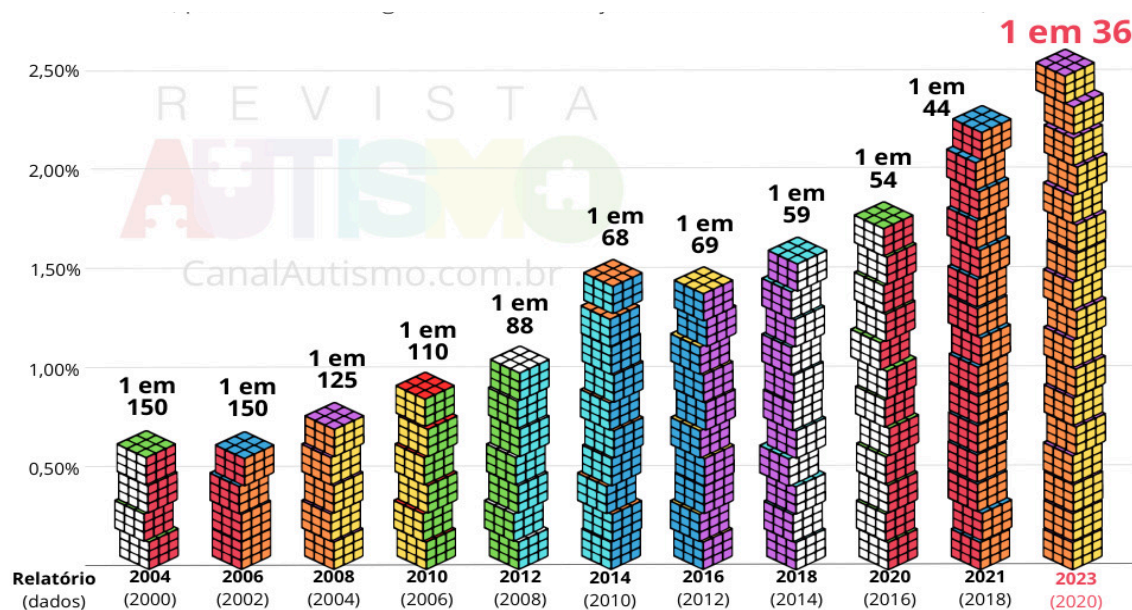
Já, em divulgação oficial do relatório de estudos do CDC, de 04 de dezembro de 2021, publicado oficialmente em 2022, matéria também veiculada na revista *Autismo e Realidade*, redigida pela médica pediatra Bárbara Bertaglia, pesquisadora na área do TEA, os dados referentes a 2018 mostram que 1 a cada 44 crianças, aos 8 anos de idade, é diagnosticada autista nos Estados Unidos.

Outro panorama no cenário da estimativa, com base nos dados de 2019 e 2020 da *National Health Interview Survey* (pesquisa realizada anualmente pelo CDC), divulgada pelo *JAMA NetWork/ Jama Pediatric* e difundida no Brasil pelo Canal Autismo/ Revista Autismo, em 12 de Julho de 2022, é que, entre os 12.554 indivíduos avaliados nesse período, na faixa etária de 3 a 17 anos, 410 foram diagnosticados com autismo. As estatísticas também apontaram que a incidência do transtorno permanecia maior em sujeitos do sexo masculino: dos 410 diagnosticados 320 são homens e 90 mulheres; sendo a proporção de 3,5 meninos afetados para cada menina. Esses dados de 2019 e 2020 informam que a cada 30 pessoas, de 3 a 17 anos de idade, nos Estados Unidos, 1 apresenta autismo.

Entretanto, a estimativa recente divulgada mundialmente e publicada no Brasil em junho de 2023 pela Revista Autismo, com base nos dados de 2020, evidencia o aumento considerável de pessoas diagnosticadas com autismo. A prevalência atual é de 1 a cada 36 crianças no espectro, aos 8 anos de idade.

Para sintetizar, apresentamos o gráfico de prevalência do autismo nos Estados Unidos, de acordo com dados oficiais do Centro de Controle e Prevenção de Doenças, corroborando com os supracitados.

Gráfico 01: Prevalência do TEA nos EUA. Quantidade de Diagnósticos em crianças de 8 anos nos Estados Unidos.



Fonte: CDC - Center for Disease Control and Prevention (EUA). **Divulgação e Arte:** Revista Autismo - Canal Autismo, divulgado em junho de 2023, no site <https://www.canalautismo.com.br>.

No Brasil esse dado ainda não é uma realidade precisa, não há números oficiais de prevalência; porém, usa-se os estudos do Centro de Controle como base para uma estimativa do transtorno em âmbito nacional.

Assim sendo, conforme os dados do CDC e fazendo uma analogia dos números dos EUA com o Brasil, estima-se que haja em torno de 6 milhões de autistas em nosso país. Contudo, vale lembrar da existência de um estudo-piloto, único até o momento, realizado em 2011, na cidade de Atibaia, São Paulo, que registrou 1 autista para cada 367 habitantes¹⁴. Outro dado importante é que, segundo o IBGE, com base na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022, nacionalmente temos 18,6 milhões de pessoas com deficiência, considerando a população com idade igual ou superior a dois anos de idade.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), e os dados disponibilizados pelas instituições Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2022, informações divulgadas também no site da Secretaria Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde do Brasil, existem atualmente no mundo em

¹⁴ A pesquisa foi feita apenas em um bairro de 20 mil habitantes da referida cidade.

torno de 80 milhões de pessoas diagnosticadas com autismo. Ou seja, o quantitativo de 1% da população mundial, dentre os 5 continentes globais.

1.3 Dos elementos representativos do TEA

O filósofo canadense Ian Hacking (2009) em um de seus artigos¹⁵ afirma que, “se você conhece uma pessoa com autismo, você conhece uma pessoa com autismo”. Por essa frase entendemos que abordar sobre o transtorno é lidar com uma complexidade em que tudo está interligado, uma vez que se trata de uma condição que necessita de atenção multidisciplinar.

Abrangendo dita atenção, em específico ao que se refere aos elementos representativos do TEA, à guisa de exemplificação temos: 1º) difusão de informações para atos de conscientização sobre o autismo; 2º) os símbolos adotados pelos autistas, que os representam na sociedade; 3º) as leis que os amparam, e que se tornaram imprescindíveis na garantia diária de seus direitos. Vejamos brevemente.

1.3.1 Das Leis

Nosso país, como democraticamente constitucionalizado, tem suas leis como norma de conduta de sua sociedade. O conhecimento das mesmas, além de garantir os direitos de seus cidadãos, é relevante ao passo que construímos uma sociedade livre, justa e de empatia. Dessa forma, no que tange o autismo no Brasil, temos como bases legais norteadoras:

Quadro 01: Bases legais do TEA

Ano	Base Legal
2012	Lei 12.764 - “Lei Berenice Piana” - Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo.
2012	Lei Federal n. 12.764, inclui o ícone do laço colorido de quebra-cabeças, símbolo mundial da conscientização em relação ao

¹⁵ Hacking I. (2009). Autistic autobiography. *Philosophical transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological sciences*, 364(1522), 1467–1473. <https://doi.org/10.1098/rstb.2008.0329>

	Transtorno do Espectro Autista, na placa de atendimento preferencial.
2013	Nova versão DSM-5 , Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais, publicação oficial da Associação Americana de Psiquiatria, termo “Transtorno do Espectro do Autismo” - especifica quatro diagnósticos sob o código 299.00 para TEA: Autismo, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação e Síndrome de Asperger.
2014	Decreto 8.368 regulamenta a Lei 12.764 de 2012 - Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo - garante os direitos dos autistas e os equipara às pessoas com deficiência.
2018	Atualização da Classificação Internacional de Doenças , a CID-11, o autismo recebe o código a 6A02 (antigo F84, na CID-10), também sob o nome de TEA.
2019	Lei 13.861/19 obriga o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a inserir perguntas sobre o autismo no Censo de 2020, com o objetivo de mapear quantas pessoas já possuem o diagnóstico de autista e quantas podem ter, mas ainda não receberam o diagnóstico.
2020	Lei 13.977, Lei Romeo Mion - cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea).
2022	A CID-11 passa a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

2022	Realização do Censo com pergunta sobre o autismo - em caráter de Questionário de Amostra, ¹⁶ o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fez a inclusão de uma pergunta sobre autismo: “Já foi diagnosticado(a) com autismo por algum profissional de saúde?”
2023	Lei 14.624, Lei do Cordão do Girassol - formaliza o uso nacional do cordão com desenhos de girassol como símbolo de identificação das pessoas com deficiências ocultas ¹⁷ .
2023	Lei 14.626, Lei do Atendimento Prioritário para pessoas com Transtorno do Espectro Autista, com mobilidade reduzida e doadores de sangue.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas publicações das leis nos sites oficiais do Planalto e Senado (www.planalto.gov.br ; www12.senado.leg.br).

Importante salientar a criação das leis como fruto, inicialmente, da luta por parte dos familiares e defensores da causa do autismo. A exemplo disso, mencionamos a Lei 12764 de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana, uma mãe precursora na garantia dos direitos de todos os autistas brasileiros a um diagnóstico precoce, a tratamento, terapias e medicamento fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS); a terem acesso à educação, ao trabalho, à proteção social, na consideração de que a pessoa com autismo, para todos os efeitos legais, é considerada pessoa com deficiência.

¹⁶ Conforme informações veiculados no site do IBGE (<https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/questionarios.html>), um Questionário de Amostra tem como base o Questionário Básico da pesquisa - com 26 questões e investiga as principais características do domicílio e dos moradores. O da Amostra, com 77 questões, inclui, além dos quesitos do Questionário Básico, quesitos sobre temas específicos: características dos domicílios, identificação étnico-racial, nupcialidade, núcleo familiar, fecundidade, religião ou culto, deficiência, migração interna ou internacional, educação, deslocamento para estudo, trabalho e rendimento, deslocamento para trabalho, mortalidade e autismo. No caso do Censo 2022, esse questionário foi aplicado em 11% dos domicílios, ou seja, cerca de 8,5 milhões.

¹⁷ De acordo com a Agência Senado (<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/07/18/fita-com-desenho-de-girassois-para-deficiencias-ocultas-virou-de-uso-nacional>), as deficiências ocultas são aquelas que podem não ser percebidas de imediato. É o caso da surdez, do autismo e das deficiências cognitivas, entre outras. A fita com desenhos de girassóis já é usada como símbolo para deficiências ocultas em vários países. Perante a lei, o uso do símbolo será opcional, não condicionando assim os direitos da pessoa com deficiência; no entanto, o símbolo não substitui a comprovação da deficiência por meio da apresentação de documento comprobatório, laudo médico por exemplo.

De suma importância, temos também a norma 13.977 de 2020, da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CipTEA), que leva o nome do jovem autista Romeo Mion, filho do ator e apresentador Marcos Mion, quem se tornou notável representante da causa autista no Brasil. A lei garante que todo o indivíduo com autismo tenha atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.

A relevância e o impacto dessas leis se dá com as mudanças das práticas sociais, sobretudo como a sociedade passa a ver, acolher e dar voz a parcela da sociedade a que elas se destinam. O escritor francês André Gide expressou em uma de suas obras que “todas as coisas já foram ditas, mas como ninguém escuta é preciso sempre dizer de novo”¹⁸, foi preciso leis para garantir direitos aos autistas, já garantidos pela Constituição.

1.3.2 Do dia Mundial de Conscientização do Autismo

Em 2007, a ONU decretou o dia 2 de abril como o Dia Mundial de Conscientização do Autismo. Um laço com formas de quebra-cabeça de variadas cores foi escolhido como símbolo do autismo, por denotar a diversidade e a complexidade do transtorno. O *puzzle* em forma de laço foi criado em 1963 pela *National Autistic Society*¹⁹, no Reino Unido.

¹⁸ *Toutes choses sont dites déjà; mais comme personne n'écoute, il faut toujours recommencer.* Obra: **Le retour de l'enfant prodigue: précédé de cinq autres traités.** Éditions de la Nouvelle revue française, 1912, página 10.

¹⁹ A National Autistic Society é a principal instituição de caridade para pessoas autistas e suas famílias no Reino Unido. Fundada em 1962, por Lorna Wing e Judith Gould, médicas inglesas renomadas por seus estudos sobre o autismo. Site www.autism-society.org

Figura 01: Laço símbolo do autismo



Fonte: Associação dos amigos da criança autista (AUMA), auma.org.br/novidades/voce-sabe-o-que-significa-este-simbolo

Diversas são as atividades realizadas nacional e internacionalmente no dia da Conscientização do Autismo, ou durante o mês de abril - intitulado por isso de Abril Azul. Dentre as ações, desde 2020, a Revista Autismo passou a lançar uma campanha com tema nacional para celebrar o 2 de abril a cada ano, fornecendo gratuitamente material de suporte para que se desenvolvam atividades referentes à conscientização. O primeiro tema foi “Respeito para todo o espectro — com a hashtag #RESPECTRO”, que se estendeu a 2021 por conta do contexto pandêmico. O tema de 2022 foi “Lugar de autista é em todo lugar!”, #AutismoEmTodoLugar; em 2023 o tema nacional foi “Mais informação, menos preconceito, #AutismoMaisInformacao”.

Divulgadas pelos mais variados meios de comunicação, e com efetiva participação de associações que atendem a esse público, dos próprios autistas e seus familiares e de adeptos à causa, as ações, vão desde panfletagem em espaços diversos com informações a respeito do transtorno, caminhadas com soltura de balões, que geralmente acontecem nas principais vias dos grandes centros urbanos, realização de congressos, seminários e palestras com temas abrangentes sobre o TEA, à protestos que visam mobilizar a sociedade tanto quanto ao cumprimento das leis já existentes, quanto a demanda por políticas públicas destinadas a esse grupo, entre outras.

Uma ação mundial que chama a atenção, é o fato de os mais renomados cartões-postais se iluminarem de azul - no Brasil o principal é o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro - o que se justifica pela incidência ser, segundo comprovação estatística, assunto que abordamos no subtópico 1.2.3 deste capítulo, maior no sexo masculino.

1.3.3 Do dia do Orgulho Autista

Representado pelo símbolo da neurodiversidade, o infinito com o espectro de cores do arco-íris, o Dia do Orgulho Autista é celebrado no dia 18 de junho, inaugurado com o movimento da neurodiversidade em 2005, no Reino Unido. De acordo com informações da página oficial *Aspies for Freedom*²⁰ (AFF), o movimento considera o autismo como uma condição da neurodiversidade humana²¹, uma identidade.

Ortega (2009) relata que o conceito de neurodiversidade foi cunhado pela socióloga australiana Judy Singer, aparecendo em registro oficial em 1999, na publicação do texto: *Por que você não pode ser normal uma vez na sua vida? De um “problema sem nome” para a emergência de uma nova categoria de diferença*. O conceito se baseia na ideia de que a mente humana se comporta de diferentes formas - neurodivergente, ou seja, o funcionamento neurocognitivo do indivíduo é único, diferente do padrão esperado pela sociedade. A defesa é de que o autista deve ser reconhecido e respeitado em seus direitos e viverem cada qual com suas especificidades, sem precisarem se “encaixar” a um único padrão neuronal ou serem tratados como doentes que precisam ser “curados”.

²⁰ *Aspies for Freedom* - Autistas pela Liberdade - é um grupo organizado por autistas *Aspie*, em referência à síndrome de Asperger, criado em 2004, inicialmente no Reino Unido - www.aspiesforfreedom.com - e que ganhou adeptos em vários países, como a Organização Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB).

²¹ De acordo com Ortega (2009), o movimento da neurodiversidade é organizado por autistas de “alto funcionamento” cognitivo (autista leve como conhecido ou autista de nível de suporte 1, como denomina o DSM-5), que consideram que o autismo não é uma doença a ser tratada e, se for possível, curada. Trata-se antes de uma diferença humana que deve ser respeitada como outras diferenças (sexuais, raciais, entre outras).

Figura 02: Símbolo da neurodiversidade



Fonte: Revista Autismo / Canal Autismo
<https://www.canalautismo.com.br/wp-content/uploads/2021/08/simbolo-da-neurodiversidade.png>

Nas ponderações de Ortega (2009), muito mais que um movimento social ou um ato de disseminação de informações sobre a pluralidade neurológica, que se esforça para reconceituar o autismo e as condições relacionadas a esse na sociedade, o movimento “Trata-se tanto de um compromisso coletivo e político de protesto contra as barreiras sociais incapacitantes encaradas pelos indivíduos com algum tipo de lesão, como de uma transformação da identidade pessoal vivenciada com orgulho.” (ORTEGA, 2009, p. 69).

1.3.4 Cordão do Girassol

A aprovação da Lei 14.624 de 2023, segundo a Agência Senado (2023), instaura o uso nacional do cordão de girassol como objeto na identificação de pessoas com deficiências ocultas como: Transtorno do Espectro Autista, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Deficiência Intelectual, Deficiência Auditiva e outros transtornos neurológicos, síndromes, doenças raras e as crônicas. Também consta no rol a deficiência física não aparente, pessoas com mobilidade reduzida, ostomizadas e pacientes oncológicos.

Figura 03: Cordão do Girassol



Fonte: Post da União Nacional dos Estudantes <https://twitter.com/uneoficial/status/1682010174674878464>

Referido cordão é uma ferramenta reconhecida internacionalmente²², usado inicialmente em 2016 em Londres, Inglaterra, sinaliza que se deve priorizar a assistência a esses indivíduos, bem como dar-lhes suporte diferenciado e humanizado no intuito de evitar ou amenizar situações de alto estresse em contextos variados.

²² Sobre a origem do cordão do girassol, sugerimos consultar o site da Hidden Disabilities Sunflower no Brasil (Girassol de Deficiências Ocultas, em tradução livre) - <https://hdsunflower.com/br>

CAPÍTULO 2 – ESTUDOS DO LÉXICO: LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E TERMINOLOGIA

O notável linguista francês Émile Benveniste, em uma de suas obras, atestou que: “uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação” (BENVENISTE, 1989, p. 252). Nesse sentido, faz-se necessário observar que a presente pesquisa, mesmo que de forma sintética, concerne os pressupostos teóricos de algumas das Ciências do Léxico, a saber: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, o que abordaremos nos tópicos a seguir. No mais, neste texto, usaremos indistintamente "lexia", "unidade léxica" e "termo" para nos referirmos aos signos linguísticos "autismo" e "autista", visto que podem ser classificados tanto como unidades terminológicas da área médica quanto como unidades da língua geral.

2.1 Alguns conceitos teóricos em Lexicologia

No intuito de compreender a ciência que estuda e descreve as palavras de uma língua, devemos considerar inicialmente o que se concebe por léxico. Assunto debatido pelos estudiosos da Linguística e demais Ciências que dele se ocupam, visto que há conceitos variados conforme cada língua.

De maneira simplória, o léxico é tudo o que vemos, associamos e nomeamos e cada pessoa vê, associa e nomeia de um jeito diferente; pois, para entender a si mesmo, o mundo que o cerca e estabelecer a comunicação, o ser humano faz uso de unidades lexicais pertencentes a sua comunidade linguística. A lexicóloga Biderman (1992), ao reafirmar que para estabelecer a comunicação o homem faz uso de palavras pertencentes ao léxico da própria língua, nomeia-o como sendo o tesouro vocabular, patrimônio da sociedade e herança cultural:

(...) o tesouro vocabular de uma língua, incluindo a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não-linguísticos de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural do presente e do passado da sociedade. Esse tesouro constitui um patrimônio da sociedade, juntamente com outros símbolos da herança cultural (BIDERMAN, 1992, p.399).

Entende-se, dessa forma, que o léxico de uma língua é um sistema aberto e em constante expansão e constante transformação, (BIDERMAN, 2001); conforme o sujeito

utiliza o léxico de sua língua nos contextos reais de fala, novas acepções vão surgindo e se incorporando ao sistema funcional linguístico, uma vez que, de acordo com Biderman (1996, 2001, p. 13), “(...) O léxico é o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana”. Com isso, a autora atesta que o léxico é patrimônio vocabular e reflete a relação entre língua e cultura expressando toda a vivência e história de uma comunidade. Em consonância a esse pensamento, Zavaglia (2006) também expressa que:

É o léxico, em forma de palavras e por meio da linguagem, que “conta” a história milenar de povo para povo; é o léxico que transmite os elementos culturais de um conjunto de indivíduos; é o léxico que “proíbe” manifestações ou então as “incita”; é o léxico que “educa” ou “deseduca”; é o léxico que permite a manifestação dos sentimentos humanos, de suas afeições ou desagradados, via oral ou via escrita. É o léxico que registra o desencadear das ações de uma sociedade, suas mudanças, seu progresso ou regresso (ZAVAGLIA, 2006, p. 8).

Percebe-se, portanto, que abordar sobre o léxico é evidenciar sua complexidade e sua heterogeneidade, já que abrange todo o universo conceitual de uma língua. Nesse sentido, a pesquisadora do léxico Biderman (1978, p.139) nos diz que o mesmo é visto como a somatória de toda a experiência de uma sociedade e do acervo de sua cultura ao longo do tempo, ao passo que os membros dessa sociedade são os sujeitos agentes que perpetuam e reelaboram a miúdo o léxico da sua língua. (BIDERMAN,1978, p. 139).

Casado Velarde (1991, p.74), estudioso da Linguística, compactua com esse pensamento de Biderman ao afirmar que é (...) no léxico onde são mais perceptíveis e abundantes as mudanças linguísticas motivadas pelo desenvolvimento cultural e mudanças históricas.”²³ (CASADO VELARDE, 1991, p. 74, tradução nossa).

Vimos que no âmbito dos estudos do léxico, a cultura é um aspecto inerente. E para compreender a relação entre homem, sociedade, léxico e cultura, surgiram os pressupostos da Etnolinguística e da Antropologia Linguística, que têm por objetivo estudar e registrar toda a vasta cultura que o ser humano produziu e produz ao longo de sua trajetória. Dessa maneira, os especialistas nos estudos do Léxico têm adotado, para o definirem, enunciações em que se vê retratada essa relação entre léxico, cultura e sociedade. A guisa de conhecimento, Oliveira e Isquierdo (1998), ponderam que:

O léxico, saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constitui-se no acervo do saber vocabular de um grupo sócio-linguístico-cultural.

²³ (...) en el léxico donde más perceptibles y abundantes son los cambios lingüísticos motivados por el desarrollo cultural y los cambios históricos. (VELARDE, 1991, p. 74)

Na medida em que o léxico configura-se como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, como também, as inovações tecnológicas, transformações socioeconômicas e políticas ocorridas numa sociedade. Em vista disso, o léxico de uma língua conserva uma estreita relação com a história cultural da comunidade. Desse modo, o universo lexical de um grupo sintetiza a sua maneira de ver a realidade e a forma como seus membros estruturam o mundo que os rodeia e designam as diferentes esferas do conhecimento. Assim, na medida em que o léxico recorta realidades de mundo, define, também, fatos de cultura. (OLIVEIRA; ISQUERDO, 1998, p. 07)

Partilhamos das considerações das autoras estudiosas do léxico, compreendendo-o também como fio condutor da interação entre o homem e o mundo circundante, e que através da lexicologia se pode observar e descrever cientificamente as unidades léxicas de uma comunidade linguística.

Perante o exposto, entendemos que a Lexicologia, como uma área do conhecimento advinda do âmbito da Linguística, tem como objeto de estudo a “palavra léxica, [...] a unidade codificada da língua, dotada de significante e significado, memorizada na competência do sujeito e à disposição dos integrantes de uma unidade linguística determinada”²⁴ (RAMÍREZ, 2018, p. 230, tradução nossa).

Realizadas essas considerações, o tópico seguinte trata da Lexicografia, que também se atém aos estudos do léxico.

2.2 Alguns conceitos teóricos da Lexicografia

Ao longo da história, o registro da língua sofreu transformações influenciadas pelas mudanças oriundas dos movimentos dos povos, seja através dos processos de colonização ou de dominação, seja pelas transformações nos métodos e técnicas do registro. Sabe-se que o léxico de uma língua constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo, como bem nos apresenta a linguista Biderman (2001), “A geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras” (BIDERMANN, 2001, p. 13).

E sendo os usuários da língua os responsáveis pelos referidos atos de transformações, são os mesmos que criam novas palavras ou alteram a significação das já existentes, tornando o léxico um sistema aberto da língua, na iminente necessidade de se “inventariar”, de se fazer o “registro da memória” de toda a produção humana.

²⁴ [...] *la palabra léxica, es decir la unidad codificada de la lengua, dotada de significante y significado, memorizada en la competencia del sujeto y a disposición de los integrantes de una unidad lingüística determinada* (RAMÍREZ, 2018, p. 230).

Quanto a isso, a lexicógrafa Biderman (2001), expressa que: “À medida que as comunidades humanas desenvolveram progressivamente seu conhecimento da realidade e tomaram posse do mundo circundante, o homem criou as técnicas e depois as ciências” (BIDERMAN, 2001, p. 15).

Destarte, perante essa necessidade de registro, surge a Lexicografia, com domínio de estudos do léxico e clássica concepção de ser uma arte, como observa Krieger (2006).

Em relação à sua antiguidade, a Lexicografia é o domínio de maior tradição dentre as ciências do léxico. Tal tradição está diretamente relacionada à sua vertente aplicada, viés que justifica sua clássica concepção de ser arte, tomada no sentido grego, de técnica de fazer dicionários. Essa prática de ordenar alfabeticamente o conjunto de itens lexicais de um idioma e de agregar informações sobre seu conteúdo e uso, compondo obras de referência linguística, é uma atividade que vem de muitos séculos. Já existia nas culturas mais antigas do oriente, embora as primeiras obras tivessem particularidades organizacionais distintas dos dicionários atuais (KRIEGER, 2006, p. 164).

No princípio, a Lexicografia era vista apenas como a técnica de compilar dicionários, dependente de uma fundamentação teórica; como dito pela autora, que nos remete ao caráter prático da Lexicografia, que durante muito tempo foi considerada uma arte e técnica de produzir dicionários. Nessa análise, Krieger e Finatto (2004, p. 48) expressam que “a Lexicografia é uma atividade aplicada, há uma forte tradição em compreendê-la menos com um fazer teórico e metodologicamente orientado e mais como uma arte”.

Nesse ensejo, segundo Dubois (2006 p. 367) a Lexicografia é um termo ambíguo, pois tanto é a produção de dicionário, como a ciência que o analisa. voltemos nossa atenção à Lexicografia como atividade aplicada de fazer teórico e metodologicamente orientado. Compreendendo-a como uma ciência do léxico, que tem como objetivo estudar mecanismos e procedimentos para a elaboração de dicionários, que se ocupa dos problemas teóricos e práticos relacionados a esse. Em suma, entendemos a Lexicografia como a “ciência dos dicionários” (BIDERMAN, 2001, p. 17).

Historicamente a Lexicografia teve seu início no século XVI e XVII com os primeiros dicionários monolíngues e bilíngues. Hernández (1996) menciona o surgimento de obras de referência como os dicionários que, em um primeiro momento, traziam em seu bojo uma relação lexical com a explicação do significado:

Na história das línguas, as obras que têm por essência a explicação do significado, são os dicionários. Desde que os primeiros dicionários apareceram em forma de lista de palavras com um número de significados e acepções que foram sendo

incrementados e aperfeiçoados no transcorrer dos séculos, estas obras eram, frequentemente, um trabalho realizado por pessoas aficionadas, pouco profissionais, precisamente porque a sua elaboração era desprestigiada e deixada de lado pelo centro do saber que eram as universidades. (HERNANDEZ, 1996, p.89, tradução nossa²⁵)

No contexto brasileiro, segundo Krieger et al. (2009), a Lexicografia teve seu marco no século XX, com o surgimento dos primeiros dicionários no país, momento em que a Lexicografia brasileira se firma em busca de uma língua nacional, trazendo imensuráveis contribuições aos estudos do léxico e às ciências em geral. A partir da metade do século XX, é que o fazer lexicográfico se amplia, com vistas a uma análise mais crítica das obras, surgindo assim diversas discussões acerca do objeto de estudo da Lexicografia. Nesse cenário, entram em questão os princípios teóricos pautados no léxico, que permeiam tanto a Lexicologia quanto a Lexicografia.

No âmbito dos estudos do léxico, pressupostos teóricos apontam que “(...) a Lexicografia viria a ser, literalmente, ‘a descrição do léxico’, frente à Lexicologia, que por outra parte, representaria ‘o estudo do léxico’.”²⁶ (PORTO DAPENA, 2002, p. 16, tradução nossa). Porto Dapena (2002, p. 16) ressalta que “ambas disciplinas possuiriam um objeto comum, o léxico, mas com foco em diferentes perspectivas”.²⁷

Zavaglia (2012) também coopera para o entendimento das duas Ciências e o foco de suas ocupações:

“A Lexicologia estuda e descreve o léxico, ou seja, as unidades lexicais, de uma língua, ao passo que a Lexicografia repertoria e organiza sistematicamente essas unidades em um dicionário; é a ‘arte de se fazer dicionários’. Acredito que a Lexicografia não prescinda da Lexicologia e que esta última resulte, muitas vezes, em produtos concretos da primeira. Esses dois ramos de estudo fazem parte das investigações da grande área da Linguística” (ZAVAGLIA, 2012, p. 231).

Vendo por este ângulo, se compreende que a Lexicologia assume uma perspectiva teórica em relação ao estudo do léxico, enquanto a Lexicografia assume uma perspectiva prática e aplicada. Entretanto, segundo Pereira (2018, p. 30-32), essa concepção foi questionada por estudiosos da área, que por meados da década de 70 já preconizavam em

²⁵ “En la historia de las lenguas las obras que han centrado su esencia en la explicitación del significado han sido los diccionarios. Desde la aparición de los primeros diccionarios, en forma de listado de palabras con un número de significado y acepciones que se ha ido incrementando e perfeccionado con el transcurrir de los siglos estas obras han sido con frecuencia del trabajo de aficionados o personas poco profesionales precisamente porque su elaboración era depreciada o dejada de lado pelo centros de saber cuales eran las universidades”(HERNANDEZ, 1996, p.89).

²⁶ (...) la lexicografía vendría a ser, literalmente, ‘la descripción del léxico’, frente a la lexicología, que, por otra parte, representaría ‘el tratado del léxico’” (PORTO DAPENA, 2002, p. 16).

²⁷ “Ambas disciplinas poseerían un objeto común, el léxico, pero enfocado desde perspectivas diferentes” (PORTO DAPENA, 2002, p. 16).

seus postulados a Lexicografia como disciplina científica e a definem não somente pelo fazer dicionarístico, como também por seu componente teórico específico. Citamos a título de exemplo: Rey-Debove (1969), Fernandez-Sevilla (1974), Werner (1982), Biderman (1984), Wiegand (1984), entre outros.

Em conformidade com todo o exposto pelos estudiosos da lexicografia aqui mencionados, depreende-se que a Lexicologia se ocupa dos estudos quanto à descrição do léxico de uma língua, e a Lexicografia tem por objetivo estudar e registrar toda a vasta gama lexical que o homem produziu e produz ao longo de sua trajetória. Utiliza-se de métodos e técnicas específicas, compila, classifica, analisa e organiza sistematicamente as unidades léxicas para a elaboração de um dicionário, produção de glossários e vocabulários técnico-científicos, entre outros.

Além do mais, no que diz respeito ao aspecto teórico da Lexicografia, Welker (2004, p. 11) em seu livro *Dicionários: uma Pequena Introdução à Lexicografia*, menciona que essa promove o desenvolvimento de estudos em torno da elaboração de dicionários, analisa as obras a que se dedica sua produção, pesquisa historicamente a lexicografia, o uso do dicionário e suas tipologias conforme o público consulente a que se destina - ações fundamentais da então denominada *Metalexicografia*.

Como podemos observar, e de acordo com Krieger (2020, p. 18) “o campo investigativo da Lexicografia é vasto e não é formalmente delimitado”.

Dada a importância da Lexicografia a próxima subseção é destinada à obra lexicográfica – o dicionário.

2.3 Brevemente sobre o dicionário

Sabemos que é de relevância o dicionário para o conhecimento do léxico da nossa própria língua. A origem do gênero dicionário remonta à Grécia Antiga e está ligada à necessidade de se esclarecer para os leitores o significado preciso das palavras. No decorrer de sua história, o dicionário foi adquirindo o status de instrumento social (Krieger, 2007 p.298), por configurar-se como “memória da língua”, atribuindo identidade linguística a uma comunidade, é código que define padrões de uso de um idioma, legitimando o processo de constituição do léxico e do significado das palavras. Dessa forma, o uso do dicionário é imprescindível no auxílio em desvendar a complexidade da língua, que, como afirma Krieger: “Em virtude do conjunto de informações que oferece, o dicionário é um lugar privilegiado de

lições sobre língua” (KRIEGER, 2007 p. 298).

Ainda, segundo a autora, os dicionários “constituem uma organização sistemática do léxico, uma espécie de tentativa de descrição do léxico de uma língua”. Desse modo, o dicionário pode ser concebido como um

[...] armário como lugar de proteção do elemento fundamental do dizer: as palavras ditas, correspondendo ao léxico dos idiomas. Explica-se assim também a tradição de o dicionário monolíngue ser denominado “tesouro” da língua tendo em vista que as palavras constituem um bem precioso que não se pode se perder (KRIEGER, 2020, p.14).

Em sua fala, a lexicógrafa faz referência ao “tesouro” da língua como “obra de referência dos itens lexicais”, e por abarcar essa representação da totalidade, os dicionários monolíngues são também conhecidos como dicionário padrão ou geral. Krieger (2006) enuncia que as obras lexicográficas podem ser separadas como exaustivas ou seletivas. As seletivas é quando há um recorte na língua para sua composição; já as obras exaustivas procuram abarcar todo o léxico da língua. Destarte, “a denominação “thesaurus” está vinculada à ideia de exaustividade histórica de registro, cobrindo desde palavras antigas aos modernos neologismos” (KRIEGER, 2006, p. 144).

O dicionário é produto de uma investigação lexicográfica, e dada a sua variedade, bem como as necessidades e possibilidades de uso da língua, é impossível elaborar uma tipologia completa dessas obras. Além da tipologia, os diversos tipos de dicionários podem ser divididos e caracterizados quanto: a) a sua natureza – semasiológica e onomasiológica; b) ao número de línguas – monolíngues, bilíngues, plurilíngues ou multilíngues e semibilíngues; c) à cronologia – sincrônicos e diacrônicos; e d) a sua extensão – exaustivas ou seletivas.

Referente a isso, Krieger (2006) ressalta que:

Diante da amplitude do tema, privilegiamos alguns aspectos do universo da prática e da metodologia referentes à produção de dicionários que, longe de ser uniforme, apresenta uma grande variedade tipológica – dicionário monolíngue, bilíngue, dicionário geral, tipo thesaurus, tipo padrão, de usos, minidicionário, dicionário escolar, – entre tantas outras possibilidades. (KRIEGER, 2006, p. 142).

Na maioria das vezes um consulente tem mais contato com dois tipos de dicionários: o de língua e o terminológico. Welker (2004) nos apresenta que o primeiro tem as entradas ordenadas alfabeticamente e o sentido é semasiológico, ou seja, o estudo do sentido da palavra é feito partindo-se do significante para estudar o seu significado.

Entendendo um pouco mais, o dicionário de língua faz uma descrição do vocabulário da língua em questão, buscando registrar e definir os signos lexicais. Já o segundo tipo, o dicionário terminológico, a ordenação é onomasiológica, parte-se da ideia para o significante. Salientamos que, de acordo com os objetivos da pesquisa, nosso foco é voltado ao dicionário geral da língua.

É importante destacar que, para categorizar a variada tipologia de dicionários, Biderman (1998) leva em conta três critérios fundamentais: o total de palavras-entradas, a finalidade e o público consulente para o qual se destina. Para a autora um dicionário padrão, por exemplo, apresenta 50.000 palavras-entradas aproximadamente, podendo estender-se até 70.000 verbetes. Já um escolar tem em torno de 25.000 palavras-entrada, aproximadamente (BIDERMAN, 1998, p. 129).

Para nosso entendimento, Porto Dapena (2002) assinala uma distinção tipológica, em que se apresentam os dicionários linguísticos e os não linguísticos, ou seja,

(...) os primeiros são os dicionários propriamente ditos, se ocupam do léxico de uma ou várias línguas, enquanto os segundos se interessam mais pelo estudo do léxico em si. Dito de outra forma, enquanto um dicionário linguístico estuda as palavras, um não linguístico se ocupa da realidade representada por estas.²⁸ (PORTO DAPENA, 2002, p. 43, tradução nossa)

Dentre a classificação tipológica dos dicionários, nossa atenção em especial é voltada para o dicionário geral, fonte dos nossos dados analisados no Capítulo 3, por constituir-se obra de referência ao reunir uma gama considerável de informações e possibilitar difusão democrática do conhecimento. Valemo-nos, também, das considerações de Welker (2004), em que “um dicionário geral é aquele que apresenta o tesouro lexical, ou seja, a totalidade dos lexemas de uma língua”.

O dicionário monolíngue ou geral trata das unidades lexicais de uma língua, reúne o conjunto das palavras e expressões, apresenta geralmente sua etimologia (origem da palavra), definindo-as, mostrando sinônimos e dando informações fonéticas, gramaticais, sintáticas. As definições, nesse tipo de dicionário, são apresentadas na mesma língua da entrada, e tendo como proposta principal explicar aos falantes nativos diferentes significados.

²⁸ (...) los primeros que son los diccionarios propiamente dichos, se preocupan por el léxico de una o varias lenguas, en tanto que los segundos se interesan más bien por él estudio de la realidad misma. Dicho de otra manera, mientras un diccionario lingüístico estudia las palabras, un no lingüístico se ocupa de la realidad representada por estas. (PORTO DAPENA, 2002, p. 43).

De dita obra de referência, podemos salientar que essa possui toda uma estrutura; o que abordaremos na sequência.

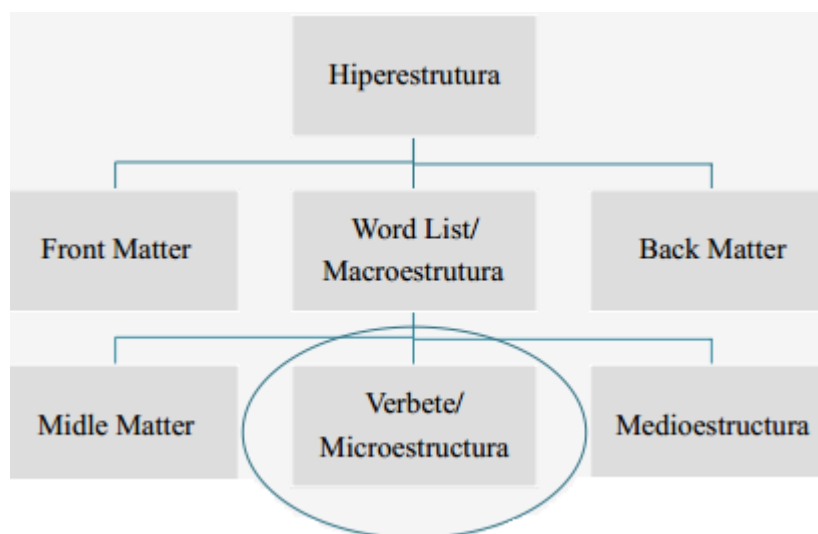
2.4 Estrutura textual do dicionário pertinentes ao estudo da temática

O dicionário é uma fonte organizada de consulta. Para que se obtenha êxito em referida ação, as obras lexicográficas devem obedecer a uma estrutura organizacional.

Em relação à estrutura, o dicionário se constitui essencialmente em dois eixos: o da macroestrutura e o da microestrutura. A macroestrutura é definida como a forma na qual todo o corpo do glossário ou dicionário é organizado (WELKER, 2004), é um conjunto de entradas dispostas verticalmente. Na macroestrutura, o dicionário se organiza em três partes principais: as páginas iniciais da obra, o corpo do dicionário e as páginas finais do dicionário. As páginas iniciais incluem apresentação, prólogo, introdução, instruções de uso do dicionário, listas e abreviaturas. Já o corpo é constituído pelo dicionário propriamente dito. Nas páginas finais da obra, geralmente são incluídos anexos, tabelas, bibliografia, etc. Cabe dizer que essa disposição de elementos tende a variar de dicionário para dicionário.

É dentro da macroestrutura que se apresenta a microestrutura, na qual podemos obter diversas informações sobre um verbete. Tendo como uma das ações em nossa pesquisa a análise da microestrutura das palavras-entrada “autismo” e “autista”, ilustramos, por meio do organograma de Rodrigues-Pereira (2020), onde essa se encontra.

Figura 04: Estrutura Lexicográfica



Fonte: Rodrigues-Pereira (2020, p. 143), com base em Fuentes Morán (1997), Haensch (1982), Hartmann (2001), Porto Dapena (2002) e Pereira (2018)

Para Pereira (2018, p. 42), “a microestrutura resulta, pois, no verbete como unidade de estruturação do conteúdo léxico e a descrição linguística, a disposição e separação das acepções, assim como a disposição dos sintagmas, da fraseologia, das subentradas etc”.

Temos então, que a microestrutura é o conjunto das informações ordenadas de cada verbete após a entrada, estrutura horizontal que pode conter diversos tipos de informações. De acordo com Zavaglia (2012, p. 253, apud Pereira, 2018, p. 42), o conjunto das informações são:

(i) Grafia, pronúncia, acentuação, classe gramatical, flexão, etimologia, marcas de uso; (ii) informações explicativas, ou seja, a definição do lema; (iii) uso do lema, ou seja, a sua contextualização ou ilustração, construção e colocação, expressões idiomáticas, provérbios; (iv) sinônimos, antônimos, parônimo; (v) informações semânticas sobre metáforas; (vi) informações sobre remissivas. Pode conter ainda, dependendo do objetivo do dicionário: ilustrações, gráficos, símbolos. O fato é que o lexicógrafo pode inserir qualquer tipo de informação em sua microestrutura, e, conseqüentemente, pode elaborar qualquer tipo de enunciado lexicográfico (ZAVAGLIA, 2012, p. 253).

Sobre o verbete, Garriga Escribano (2003, p. 105) nos diz que: “O verbete, pois, define-se como a ‘menor unidade autônoma em que se organiza o dicionário.’”²⁹ E dita unidade é formada “pelo lema, que é a unidade léxica tratada, e pelas informações que se proporcionam acerca dessa unidade”³⁰. Um verbete pode reunir informações sobre variados aspectos, variando de dicionário para dicionário, a depender de seu propósito e do público alvo, quem podem ser sobre pronúncia, categoria gramatical, etimologia, ortografia, antônimos, sinônimos, etc.

Em relação a esses variados aspectos e informações, explicitamos de forma sucinta, sobre a etimologia, as marcas de uso, a definição e o exemplo, por configurarem componentes que nos chamou a atenção durante a observação das informações constatadas nas lexias autismo e autista.

A) Da informação etimológica:

Nem todos os dicionários apresentam dados etimológicos nas palavras-entradas, como é o caso dos dicionários especializados, tanto técnicos como científicos. Garriga Escribano (2003, p. 109), sugere que este tipo de informação não deve ser registrado em um dicionário de uso quando de sua incerteza de origem ou informações não tão

²⁹ *El artículo lexicográfico, pues, se define como «la unidad mínima autónoma en que se organiza el diccionario»* (Garriga Escribano, 2003: 105).

³⁰ “[...] por el lema, que es la unidad léxica tratada, y por las informaciones que se proporcionan acerca de esa unidad” (Garriga Escribano, 2003: 105).

claras.

Refletindo a ponderação de Garriga Escribano, somamos a essa o expresso por Martins (2009) sobre a Etimologia:

A Etimologia, hoje tão pouco conhecida, consiste em estudar, com o auxílio de algumas ciências como a Fonética, a Semântica, a Lexicografia, a Filologia Comparada, a Dialectologia, a Morfologia, entre outras, a origem e a explicação do sentido de uma palavra. Não se trata de um estudo, árido, insípido e desinteressante. Pelo contrário, o homem sempre teve uma viva curiosidade em saber a história de uma palavra. Olhar para seus componentes, identificá-los, perceber as variações de sentido, o percurso, enfim, de sua história através dos anos. (MARTINS, 2009, p.32)

Pensando a Etimologia como a que oportuniza saber a história de uma palavra, o conhecimento etimológico sobre a mesma nos leva a compreender por muitas vezes origens comuns entre as palavras e semelhanças entre línguas diferentes, nos auxiliando também na compreensão das palavras que surgem ou que se reconfiguram na língua.

B) Das Marcas de Uso

No tocante às marcas de uso, com base em Garriga Escribano (2003, p. 116), entendemos que essas se caracterizam como sendo um meio pelo qual se dá a conhecer aos consulentes as possíveis restrições de uso de uma palavra. Configuram-se como recurso lexicográfico e são relevantes pois ajudam a compreender as especificidades e as variantes da língua, registrando lexemas que remetem a contextos de variação diacrônica ou cronológicas, que sinalizam a vigência de uso de uma palavra, diatópica, diz do local onde se faz uso de determinado termo, diafásicas e diastráticas, trata sobre a restrição de uso quanto ao estilo, níveis sociais e de língua, e as diatécnicas, que identificam os tecnicismos próprios das ciências e de outros campos de conhecimentos específicos frente ao léxico geral.

Porto Dapena (2002, p.263), explica que entre as marcas diastráticas estão inseridas as denominadas marcas de especialidade, que referem-se a línguas especiais das diversas ciências ou técnicas – por isso o nome “marcas técnicas”. O que o estudioso considera mais adequado é chamar de marcas terminológicas, pois o intuito desse tipo de marca seria o de indicar que a palavra pertence à terminologia de uma área especializada.

Strehler (1998, 179), sinaliza que as marcas de uso “caracterizam as palavras que fogem, sob certos aspectos, ao uso corriqueiro, normal, da língua de uma comunidade linguística (...)”, e que “ (...) estão estritamente ligadas à variação que a língua sofre

no tempo, no espaço e em contextos de usos especializados”.

C) Da Definição

Outro componente da microestrutura que se configura como parte essencial do verbete, é a definição. É na definição onde se engloba toda informação sobre o conteúdo da palavra-entrada. Nesta são apresentadas informações sobre o sentido do signo. Para Medina Guerra (2003, p. 129), a definição é considerada a parte mais importante: o princípio e o fim do dicionário. A autora também define como “a expressão do significado da unidade léxica que forma a entrada com a ajuda de vozes, locuções ou sintagmas conhecidos”³¹.

Depreende-se que a definição é um dos componentes principais do verbete. Alain Rey (1979), exalta o componente da definição ao expressar que é a pedra angular de todos os trabalhos lexicográficos e terminológicos. Contudo, a definição Lexicográfica, tendo por função explicar o significado de uma palavra ao consulente, é a tarefa mais problemática no labor de um lexicógrafo, como pondera Porto Dapena (2002, p. 266):

De todas as atividades do lexicógrafo a mais difícil e ao mesmo tempo a mais comprometida é sem dúvida a definição, a pesar de ser o ponto que sempre despertou maior interesse entre os estudiosos da lexicografia teórica ou metalexigrafia, continua sendo a principal armadilha na redação lexicográfica e, ao mesmo tempo, o ponto sobre o qual se estão centrando, em boa medida, as críticas dirigidas ao dicionário monolíngue tradicional³² (PORTO DAPENA, 2002, p. 266, tradução nossa).

Finatto (1998, p. 134), por sua vez, ao propor uma classificação das definições, apresenta-nos: a lexicográfica, que tem como cerne as informações linguísticas em torno da palavra; a definição enciclopédica, que trata da descrição de coisas ou objetos, baseando-se no referente; e, a definição terminológica, que oferece uma soma de conhecimento formal sobre objetos, coisas ou fenômenos. No entanto, Porto Dapena (2002, p. 277), ressalta que há uma dicotomia tradicional quanto à classificação das definições referente ao dicionário e a enciclopédia. De maneira simples, a definição enciclopédica é uma descrição minuciosa do

³¹ “la expresión del significado de la unidad léxica que forma la entrada con la ayuda de voces, locuciones o sintagmas conocidos”. (MEDINA GUERRA, 2003, p. 129, tradução nossa)

³² “De todas las actividades del lexicógrafo la más difícil y a la vez más comprometida es sin duda la definición, la cual pese a ser el punto que siempre ha despertado mayor interés entre los estudiosos de la lexicografía teórica o metalexigrafia, sigue constituyendo el principal escollo dentro de la redacción lexicográfica y, al mismo tiempo, el punto sobre el que se han venido centrando en buena medida las críticas dirigidas al diccionario monolíngüe tradicional.” (PORTO DAPENA, 2002, p. 266, tradução nossa).

objeto ao qual uma palavra se remete. Pondera Porto Dapena (2002, p. 278), que as definições enciclopédicas não são exclusivas das enciclopédias, podendo aparecer nos dicionários geral da língua.

A definição, segundo Porto Dapena (2002, p. 269), deve ser constituída por dois elementos entre os quais se produz a equivalência: o definido ou *definiendum*, representado pela entrada do verbete, e o definidor ou *definiens*, que é a expressão explicativa, ou seja, a definição propriamente dita.

Em seu turno, Medina Guerra (2003, p. 133) formulou normas que as definições devem cumprir: “1) A unidade léxica definida não deve constar na definição. 2) A definição não deve transparecer nenhuma ideologia. 3) A definição deve apresentar características da língua da época a que se refere e as palavras usadas para a codificação devem ser simples e ao mesmo tempo claras e precisas.”³³

Como vimos, escolher um tipo de definição que melhor se ajuste para elucidar o significado ou a função de uma palavra, é trabalho complexo para um lexicógrafo; pois, além de se seguir um criterioso rigor laboral, não há uma tipologia de definição que abarque todas as especificidades das variadas classes de palavras e sequências léxicas, tampouco há um tipo de definição que seja capaz de abarcar a pluralidade semântica das palavras da língua. É nesse ínterim, que se dá a importância dos exemplos, na continuação, veremos.

D) Dos Exemplos

Cada obra lexicográfica tem objetivos próprios e delimitados de acordo com seu público-alvo/consulente. Assim sendo, a escolha e ou inclusão de exemplos também se pauta em critérios, considerando-se que a exemplificação nos dicionários de língua é de suma importância no âmbito lexicográfico/metalexicográfico por referir-se diretamente ao uso e a definição das lexias. Com efeito, o conceito de exemplo é assunto debatido, não há unanimidade entre os estudiosos para defini-lo de forma precisa. (WELKER, 2004, p. 150).

As informações que são apresentadas sobre os diferentes contextos de uso das lexias, possibilitam ao consulente obter dados importantes, por meio dos exemplos reais ou inventados/adaptados, para a escolha do que melhor se adequa em diferentes contextos linguísticos.

³³ “1) La unidad léxica definida no debe figurar en la definición. 2) La definición no debe traslucir ninguna ideología. 3) La definición debe participar de las características de la lengua de su época y las palabras con que se codifique han de ser sencillas a la vez que claras y precisas.” (MEDINA GUERRA, 2003, p. 133, tradução nossa)

Da exemplificação em dicionários gerais, segundo Farias (2020), essa assumiria dois status diferentes:

a) segmento informativo integrante do comentário semântico, nas situações em que é apresentado como um mecanismo complementar de elucidação do significado, devendo operar em conjunto com uma definição não elucidativa: a exemplificação serviria, nesse caso, à função de compreensão linguística; b) segmento informativo integrante do comentário de forma, destinado à apresentação de informações como a valência verbal, a regência verbal e nominal e as colocações: a exemplificação, aqui, estaria a serviço da função de produção linguística. (FARIAS, 2020, p.5129).

Ainda no tocante aos exemplos, que objetivam facilitar a compreensão da definição, Garriga Escribano (2003, p. 120-122), de forma pertinente, tece o seguinte comentário sobre a função dos exemplos:

[...] A função dos exemplos, além de intermediar a informação gramatical, semântica ou pragmática, é “servir de veículo para a transmissão indireta de dados culturais e sociais”. Os exemplos costumam aparecer ao final do verbete, geralmente escritos em *itálico* para se diferenciar das demais informações. Podem ser frases completas ou estruturas menores que a frase.³⁴ (GARRIGA ESCRIBANO, 2003, p.120 -122, tradução nossa)

No que concerne especificamente à exemplificação nos dicionários, Farias (2020), tomando como base os postulados de Harras (1989), propôs uma sistematização para a apresentação da exemplificação em dicionários semasiológicos – dicionários gerais da língua. Nessa sistematização:

(...) primeiramente, os exemplos convertem-se em informações funcionais na microestrutura ao estabelecer-se critérios que possibilitem distinguir entre signos-lemma que não necessitam de exemplificação (nem para compreensão, nem para produção), signos-lemma que necessitam de exemplificação para compreensão e signos-lemma que necessitam de exemplificação para produção. Em segundo lugar, os exemplos convertem-se em informações funcionais na microestrutura ao desenvolver-se técnicas diferenciadas para sua elaboração, tendo em vista, em primeiro lugar, a finalidade da exemplificação (compreensão ou produção), e, em segundo lugar, as particularidades de cada grupo de palavras, bem como as possíveis dificuldades que possam representar para os usuários. (FARIAS, 2020, p. 5139)

³⁴ [...] La función de ejemplos, al lado de intermediar la información gramatical, semántica o pragmática, es «servir de vehículo para la transmisión indirecta de datos culturales y sociales». Los ejemplos suelen aparecer al final del artículo lexicográfico, generalmente escritos en *cursiva* para diferenciarse del resto de las informaciones aportadas. Pueden ser frases completas o también estructuras inferiores a la frase (GARRIGA ESCRIBANO, 2003, p. 120-122).

Perante tais situações, os exemplos de uso servem como informações complementares que ajudam a solucionar dúvidas quanto ao emprego de uma unidade léxica, bem como a compreensão destas para empregabilidade de um modo geral.

Posto isto, a partir dos postulados dos estudiosos da Lexicografia, vemos que a microestrutura é um conjunto de informações indispensável para uma obra lexicográfica. Todos os elementos que a constituem possuem relevância inquestionável no ato de se registrar, cada vez mais, de maneira coerente, concisa e, se possível, completa, o tesouro da língua. Nesse ínterim, o dicionário se configura em papel normativo para a sociedade; passa a ser o “cartório das palavras”, validando-as e, ao registrá-las “[...] concede-lhe a certidão de nascimento e, desse modo, institucionaliza o conjunto léxico das línguas” (KRIEGER, 2012, p.19).

Compreendemos o dicionário e sua essência como fonte de informações verídicas e confiáveis, uma vez que, por se configurar, por natureza, fonte segura de informação, assume, mesmo que indiretamente, papel como agente promotor de conhecimento junto à sociedade.

2.5 Alguns conceitos teóricos em Terminologia

Como nossa pesquisa envolve questões relacionadas ao registro de “autismo” e “autista” em dicionários gerais da língua e, considerando que inicialmente, essas palavras surgiram como termos da especialidade da psiquiatria, abordaremos de forma sintética os conceitos de Terminologia, de termo e também de vulgarização terminológica.

2.5.1 A Ciência dos termos especializados

A Terminologia, ciência responsável por estudar os termos do conhecimento especializado das várias áreas do saber científico, técnico e tecnológico, também se destina à reflexão sobre a natureza e o funcionamento do léxico, em específico, o representativo dos saberes científicos e técnicos de uma língua.

De acordo com a terminóloga Krieger (2009), a Terminologia integra seus estudos no campo das ciências do léxico, ao lado da lexicologia e da lexicografia - que se desenvolvem em torno do léxico geral da língua, com interesses específicos; a Terminologia se diferencia dessas em razão de ser o termo, seu objeto fundamental de investigação e de aplicação na produção dos produtos terminográficos aos quais se destina, que são: dicionários de termos técnicos e científicos, glossários e bancos de dados terminológicos,

entre outros.

2.5.2 Unidade lexical terminológica: o termo

O termo é considerado a unidade mínima da terminologia. É um signo linguístico que difere da palavra, unidade léxica da língua geral, por pertencer ao domínio de um discurso de especialidade, e diz respeito a um conceito ou noção (GAUDIN, 1995; CABRÉ, 2000).

Apesar de haver uma certa problematização dos aspectos que envolvem a conceituação, identificação, funcionamento e as diferentes configurações que os termos apresentam, assunto do qual não nos aprofundaremos neste trabalho, cabe elucidar que Krieger (2001) diz sobre essa unidade lexical básica da Terminologia, que recebe vários designativos ao ser referenciada na comunicação especializada dentro da própria área de domínio, um caudal de variação e sinonímia, a saber: *termo*, *termo técnico-científico*, *terminologias*, *unidade lexical terminológica*, *unidade lexical especializada*, *unidade lexical temática*, *vocabulário* (KRIEGER, 2001, p. 116).

Nesse ensejo, é importante apresentar a definição atribuída por Eugen Wüster (1998), que estabeleceu os princípios da Teoria Geral da Terminologia (TGT) e deu origem à chamada Escola de Viena, para o engenheiro austríaco:

Uma unidade terminológica consiste em uma “palavra” a qual se atribui um conceito como seu significado, ao passo que para a maioria dos linguistas atuais, a palavra é uma unidade inseparável composta de forma e conteúdo. (WÜSTER, 1998, p. 21 apud KRIEGER, 2001, p.119).

No entanto, na década de 90, século XX essa teoria passa por uma profunda revisão crítica de seus fundamentos teóricos e epistemológicos, alicerçados até então por uma visão idealizadora e normalizadora do componente lexical temático da língua. Notáveis linguistas que teceram críticas em observância a reformulação desses princípios da TGT, destacaram a importância dos pressupostos da sociolinguística para a Terminologia, surgindo assim Socioterminologia, o que redimensionou a visão dos fundamentos da TGT.

Agrega-se a isso a evolução tecnológica advinda do surgimento da inteligência artificial, o que contribui significativamente para a terminologia avançar na perspectiva dos estudos descritivos, valorizando a dimensão comunicativa do componente lexical especializado, sendo os aspectos linguísticos, textuais e pragmáticos relevantes na identificação das terminologias. Toda essa revisão crítica foi instaurada por Maria Teresa

Cabré e o grupo de pesquisadores do Instituto de Linguística Aplicada da Universidade Pompeu Fabra, sendo os responsáveis pelo surgimento da Teoria Comunicativa da Terminologia, a TCT, em 1999, uma teoria terminológica descritiva de base linguística (KRIEGER, 2001, p. 115).

Cabe registrar, ainda em Krieger (2001), que a revisão a que os enfoques linguísticos submeteram a teoria e as aplicações terminológicas normalizadoras situam-se em duas concepções antagônicas da natureza das terminologias: uma é que os termos em detrimento de sua afeição linguística são unidades de conhecimento; a outra, é a compreensão que acima de tudo as terminologias são unidades lexicais, e como tais componentes naturais do sistema linguístico.

Retomando sobre a definição de termo, Krieger e Finatto (2004) explicam que a terminologia mais contemporânea tem apresentado a distinção entre palavra e termo, com relativa flexibilização; pontuando que uma palavra tem propriedades (como em um dicionário de língua), mas tem muitos significados, porquanto são elementos do léxico da língua, o que para a linguística é “o que significa?”. Já um termo, é uma palavra contextualizada no discurso, tendo um referente de interpretação, o que interessa é a relação da palavra com o que está fora da linguagem – “o que é?”.

Ainda segundo as autoras, nessa percepção da diferença entre o termo e a palavra, distingue-se a definição terminológica e a definição lexicográfica:

[...] a palavra como unidade do léxico da língua – no caso do trabalho feito pela lexicografia ao repertoriar todos os sentidos de uma palavra para elaborar dicionários de língua; e a palavra como unidade que dá nome a um conceito de especialidade - como faz a terminologia para elaborar glossários e dicionários técnicos. [...] Para a elaboração das linguagens documentárias, a definição terminológica é preferida à lexicográfica porque delimita o universo focalizado: a primeira é utilizada pelos dicionários de especialidade; a segunda é própria dos dicionários de língua geral. (KRIEGER, FINATTO, 2004, p. 94).

Desse modo, Krieger e Finatto (2004, p. 96) orientam para os princípios e regras da definição terminológica, em que a diferença entre a definição terminológica e a definição lexicográfica remete a diferentes perspectivas de abordagem; a lexicografia parte do signo para chegar à determinação do conceito, em um procedimento semasiológico, e a terminografia parte do conceito ou noção e pesquisa os termos que lhe correspondem, num procedimento onomasiológico.

A necessidade de contar com obras de referência na busca quer de conceitos, quer de denominações terminológicas atinge uma extensa gama de interessados em razão de suas

atividades profissionais. Esses repertórios, independente de orientações normalizadoras ou não, por sua própria natureza, assumem um valor referencial no quadro de escolhas linguísticas apropriadas aos diferentes propósitos comunicacionais.

Nesse contexto, o interesse não se restringe mais aos especialistas, denominados usuários diretos, que sempre compreenderam a necessidade de dominar as terminologias de suas áreas de competência. Entre os “novos” usuários da terminologia, os indiretos, figuram-se os tradutores, intérpretes, documentalistas, os redatores técnicos, lexicógrafos e terminógrafos, estudantes universitários, entre outras categorias de profissionais que se envolvem com a linguagem (KRIEGER; FINATTO, 2004).

Após essas observações de forma genérica, no entanto pertinentes ao contexto desta pesquisa, trataremos da questão da vulgarização terminológica.

2.5.3 A vulgarização terminológica

Atualmente, a ciência e a tecnologia tornaram-se objetos cotidianos de notícia, com isso a sociedade atual sofre o impacto da acelerada produção de conhecimentos, traduzido pelas mais variadas inovações tecnológicas que também interessa ao público não especializado. Dessa forma, tem-se o interesse dos comunicadores pelos termos técnicos, uma vez que a ciência, e tudo o que ela engloba, se tornou objeto de ampla divulgação (KRIEGER, 2001).

De certo modo, vivemos um processo de alfabetização técnico-científico. Consequentemente, temos contato com as terminologias, e passamos a fazer uso de termos especializados em nossa comunicação cotidiana, mesmo que inconscientemente ou de maneira despreziosa, pois vamos incorporando esse léxico nos nossos atos discursivos. Dessas realidades que passam a ser experienciadas, e que se entrecruzam, resulta a coexistência do processo de vulgarização dos termos científicos e técnicos com o processo de terminologização de unidades lexicais da língua comum.

Como pontua Krieger (2001, p. 136), são questões referentes à variação contextual no universo das comunicações temáticas, uma vez que os aspectos envolvidos na variação conceitual identificam e explicam a constituição das comunicações especializadas, que cada vez mais comportam novas terminologias, e as que divulgam as descobertas das ciências e tecnologias a um público não especializado. A autora ainda ressalta que são questões que consubstanciam a produtividade da nova perspectiva teórica da Terminologia que privilegia os fatores da textualidade e da discursividade, concebendo o termo como

uma unidade linguístico-pragmática que integra os processos de comunicação humana. Em razão disso, os termos também estão sujeitos a todos os fenômenos que afetam o comportamento das unidades lexicais no âmbito dos processos intersubjetivos de comunicação, atestando que são elementos naturais das línguas naturais. Em verdade, o termo distingue-se das outras unidades léxicas apenas por uma peculiaridade inegável: a de veicular conteúdos no campo das ciências, das técnicas e das tecnologias. (KRIEGER, 2001, p. 138)

Depreende-se assim que os termos, em seus diversos níveis dentro das especialidades, passam a circular de forma simplificada, e até pedagógica, em meio ao público geral, não circulando somente entre os especialistas de determinadas áreas do conhecimento. A questão da vulgarização do vocabulário está diretamente relacionada à veiculação dos assuntos de especialidades de forma massiva nos variados meios de comunicação (ALMEIDA, 2006).

Nos mais variados tipos de jornais e revistas é comum encontrarmos notícias referentes ao Transtorno do Espectro Autista, por ser um assunto de relevância nos contextos atuais de inúmeras áreas do conhecimento. Pois bem, o que pontuamos aqui é que as matérias e ou artigos publicados a respeito da temática, ou qualquer outra, nesses meios, utilizam um vocabulário menos especializado, e que acarreta em inúmeras interpretações e até a utilização do termo de forma inadequado em contextos outros.

Dito isso, em Gomes (1995), o impasse se encontra em que muitas vezes os termos não são passíveis de substituição, em específico o uso de parassinônimos, na escrita desses textos de linguagem menos técnica, por assim dizer; o que leva os redatores a manterem as unidades lexicais pertencentes às línguas de especialidades. Segundo a autora, o ato de esclarecer ao leitor sobre assuntos técnicos de forma simplificada é intitulado de *vulgarização lexical* ou *banalização lexical*, e que essa acontece de diferentes formas. Vejamos a que se referem.

Em 1989 a *vulgarização* foi definida pela terminóloga Maria Teresa Lino como “passagem de um termo científico para o vocabulário da língua corrente ou para os vários níveis das ciências e das técnicas”, a autora também considerou a vulgarização como sinônimo de divulgação.

Já em Galisson (1976, p. 11, *apud* GOMES, 1995, p. 86), vemos que a *banalização lexical* é definida como “uma segunda língua enxertada em uma língua ‘técnica’ para assegurar uma difusão mais ampla das informações relevantes à área de experiência coberta pela linguagem técnica em questão”. Para o linguista francês a linguagem Técnica banalizada é a linguagem dos amadores esclarecidos.

Interessante também é saber como o dicionário de língua geral apresenta a definição das lexias vulgarizar e banalizar. Gomes (1995, p. 86), apresenta que no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa de 1986, *vulgarizar* consiste em “tornar vulgar ou notório; propagar, divulgar, difundir. Tornar muito conhecido; popularizar”. Para *banalizar*, tem-se a definição de “tornar banal, vulgar, comum, trivial, corriqueiro, corrente”.

Um pouco mais adiante, Gomes esclarece que nem sempre é possível vulgarizar os termos, e geralmente os autores/redatores de textos recorrem aos recursos da sinonímia ou da exemplificação para tornar os textos de fácil entendimento ao público alvo. No mais, acrescenta que há cinco fases no processo de vulgarização, que conforme Le Bars, parte da linguagem do cientista pesquisador até chegar ao público em geral, quais sejam:

1. a linguagem do pesquisador - linguagem técnica, específica para integrantes de uma área especializada, linguagem das revistas especializadas dedicada a um público especializado;

2. a linguagem heurística - linguagem do especialista que ensina / explica um conceito para público de nível universitário; linguagem para leitura, interpretação e redação;

3. a linguagem do usuário - introdução da língua comum substituindo os termos específicos da língua de especialidades; cria-se uma linguagem funcional e acessível aos usuários, e geralmente aparece nos glossários que acompanham os textos, esses elaborados pelos terminólogos;

4. a vulgarização científica - fase da vulgarização específica, informativa, o que se lê em jornais e revistas de ampla circulação e que tratam de vários assuntos;

5. a vulgarização para o grande público - o público-alvo não é especialista, é um público que se informa através dos variados meios de comunicação.

Em acréscimo ao exposto até então, também é pertinente dizer que no processo de vulgarização se leva em conta tanto o emissor, quanto o receptor da mensagem científica. Um estudo realizado sobre a vulgarização, da linguista francesa Louffler-Laurian, em 1983, constatou que o emissor é sempre um cientista ou porta-voz (um técnico, um jornalista, um professor, estudante que se tornou especialista), e o receptor é integrante de um público heterogêneo.

Apresentado esse cenário, nota-se que a vulgarização de um termo pode ocorrer de diferentes formas. No caso do TEA, por exemplo, que do seu conceito formulado por Kanner e em pesquisas posteriores, coexistiu com várias denominações. Aproximando aos dias atuais, o que encontramos em relação a isso é que o termo autismo se desprende da terminologia médica e passa a circular com certa constância por diferentes meios e

contextos, e apresentando características que lhe são peculiares, por muitas vezes de sua explicação ou definição mais simplista para o alcance do entendimento do leitor, ditas características são atribuídas a outras características e ou contextos, o que pode causar uma visão distorcida e até mesmo uso desmedido do termo autismo/autista.

A continuação, abordaremos sobre o histórico desses termos.

CAPÍTULO 3 – HISTÓRIA DOS TERMOS “AUTISMO” E “AUTISTA”

O termo “autismo” vem sendo usado há mais de 100 anos. Marques (2002) aponta que a palavra “autismo” é proveniente do grego αὐτός, sendo *Autós* - Eu/Próprio e *Ismo* - estado ou orientação³⁵, entendendo então como um estado em que o indivíduo é centrado nele próprio. Apesar de o assunto ter alcançado maior visibilidade na atualidade, há registro de pessoas com autismo em uma época em que não havia diagnóstico específico, um pouco mais de 300 anos.

Em sua página *web*, o neurobiólogo Dr. José Ramón Alonso, catedrático da Universidade de Salamanca, Espanha, publicou, em 10 de junho de 2020, uma matéria sobre um fato histórico, provavelmente o primeiro registro de autismo no mundo. O especialista relatou que o historiador Rab Houston e a psicóloga Uta Frith, publicaram, no ano 2000, o livro *Autism in History: The Case of Hugh Blair of Borgue*³⁶, que retrata sobre o aristocrata escocês Hugh Blair de Borgue. Segundo esses pesquisadores, no início do século XVIII o nobre Hugh Blair, apesar de toda sua dificuldade de interação social, foi levado a contrair matrimônio arranjado por sua mãe, por motivos de herança. Naquela época, as leis na Escócia sobre herança favoreciam ao primogênito, desde que constituísse família.

No entanto, John Blair, irmão mais novo de Hugh, que após duas décadas de falecimento do patriarca da família se tornara seu tutor legal em 1737, reivindicou a herança. John solicitou a anulação do casamento de Hugh com Nicholas Mitchell - ocorrido em 1746 - tendo por argumentos que o mesmo era incapaz mentalmente de escolher se casar e de que era um “idiota”³⁷.

Nesse julgamento, ocorrido em 1748, no Tribunal de Edimburgo, 29 testemunhas descreveram o comportamento de Blair: olhar demasiado fixo, comportamentos inapropriados, falta de tato e repetição de frases e palavras de modo persistente e quando

³⁵ Na verdade, essa descrição etimológica precisa ser mais bem detalhada. A palavra “autismo” não é proveniente do grego; o que é proveniente do grego são os seus elementos formadores *autós* e *-ismo*, mas a sua combinação para formar “autismo” ocorreu nas línguas europeias modernas.

³⁶ Indicamos conferir: HOUSTON, R., FRITH, U. *Autism in History: The Case of Hugh Blair of Borgue*. Oxford: Blackwell, 2000.

³⁷ Entende-se aqui “idiota” não como um insulto, como o é hoje em dia, mas – conforme o Professor de Estudos Ingleses e Americanos da Universidade de Leicester, Martin Halliwell, em sua obra *Images of Idiocy: The Idiot Figure in Modern Fiction and Film* (2004) - como um termo utilizado para a categorização daqueles que se preocupavam tão somente consigo, de seus interesses, sem atenção aos demais ou a assuntos públicos e /ou políticos. Cabe ressaltar que, segundo Martin Halliwell, o adjetivo ‘idiota’ tem sua origem etimológica no grego ἰδιώτης [idi' o:te:s], tendo por sentido algo pessoal, peculiar, diferente, próprio.

recebia uma pergunta, ao invés de responder, ele as repetia, mostrando dificuldade em compreender o que lhe era questionado. O que chamou a atenção do júri, foram os relatos dos interesses restritos de Hugh, como ir frequentemente a funerais de terceiros, recolher e sobrepor pedras e depois devolvê-las no lugar onde as encontrava, enfileirar objetos em uma determinada ordem, ir à missa e sentar sempre no mesmo lugar, seguia uma rotina restrita. Não tinha noção de valores; além de outras descrições que o rotulavam como débil mental.

O resultado do julgamento foi a anulação do casamento. O documento dessa história, levantado pelo historiador Rab Houston e tendo análise minuciosa das características e comportamentos descritos sobre o escocês, pela psicóloga Uta Frith, uma renomada profissional na área do TEA, levou à conclusão de que o nobre Hugh Blair de Borgue era uma pessoa com autismo.

O relato acima, conforme o professor pesquisador da neurobiologia José Ramón Alonso (2020), ficou registrado como o primeiro caso documentado sobre autismo de que se tem conhecimento, sendo de suma importância para os estudos posteriores, quanto a compreensão e peculiaridades do transtorno.

3.1 Breve descrição histórica da palavra “autismo” em português

Embora os casos de autismo já possam ser documentados desde o século XVIII, conforme mostrado na seção anterior, o termo “autismo” surge apenas no século XX. Conforme mencionado na nota 3 da seção 1.1, atribui-se a Paul Eugen Bleuler o emprego do termo “autismo” na literatura psiquiátrica, em 1911.

O dicionário Houaiss informa que a primeira ocorrência do termo em português é de 1935 (no jornal O Globo de 28 de janeiro). No entanto, por meio de pesquisas na base textual Google Livros³⁸ (em inglês, Google Books), pudemos recuar essa data para 1925, bem como identificar outras das primeiras ocorrências do termo “autismo” na língua portuguesa, que transcrevemos e comentamos a seguir:

a) Biblos: revista da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, vol. 1, 1925:

[...] Num caso como no outro, observam-se fenómenos de ecopraxia, ecomímia, ecolália, *Sperrung*, como o próprio **autismo**, etc., etc. [...] (p. 258)

³⁸ A base textual Google Livros (<https://books.google.com.br/>) reúne centenas de milhares de obras digitalizadas em vários idiomas. O número total de obras não é divulgado, mas contém obras publicadas a partir do século XV. Obras em domínio público são disponibilizadas na íntegra e, para as mais recentes, apenas trechos são apresentados. Essa base tem sido utilizada em várias pesquisas sobre a história do léxico português, como Maroneze (2019), Maroneze, Simões Neto e Viaro (2021) e Borges e Maroneze (2023).

[...] que aparecem na lesão estriar acresce a psicose própria, dita, o desenvolvimento do **autismo**. (p. 259)
(<https://www.google.com.br/books/edition/Biblos/nIFMAAAAYAAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&bsq=autismo&dq=autismo&printsec=frontcover>)

b) *Arquivo de Medicina Legal, Imprensa Nacional, vol. 2, 1928, p. 229:*

[...] sob o ponto de vista cerebral, com tendência para a vida primitiva é de inferior categoria psíquica, pelos símbolos e complexos subconscientes de criação artística “sinais e símbolos que emergem livremente do caos imaginativo do artista”. Traça em seguida o A. a história do *cubismo* com as suas tendências, variantes e panegiristas, com a análise breve de alguns trabalhos donde ressalta a suprema liberdade das ideias e da sua expressão gráfica. Este isolamento sentimental, estético dos artistas tem bem o seu par no **autismo** dos esquizofrênicos, completamente estranhos à vida que passa e este é mais um passo, no estudo do A., para irmanar as produções de cubistas e de dementes precoces. [...]
(https://www.google.com.br/books/edition/Arquivo_de_medicina_legal/kQ4kAQAAIAAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&bsq=autismo&dq=autismo&printsec=frontcover)

c) *Arquivos de Medicina Legal e Identificação, vol. 4, 1934, Instituto de Identificação, Rio de Janeiro, p. 270:*

[...] no seu **autismo**, na sua interiorização, nos seus mundos de fantasia.
Essa vida interior, porém, como reconhecem todos os analistas, não é uma entidade vazia e estéril, por isso que é rica em criações imaginárias. [...]
(https://www.google.com.br/books/edition/Arquivos_de_medicina_legal_e_identificacao/eCUwAAAIAAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&bsq=autismo&dq=autismo&printsec=frontcover)

d) *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira, Editorial Enciclopédia, 1936, p. 672:*

[...] Através destas efrações da personalidade, emerge a vida inconsciente e as pulsões primitivas dos instintos sob formas disfarçadas, fantásticas, simbólicas, como no sonho. A diferença está em que é um “sonho acordado”, sem possibilidade de crítica objectivante. A fenomenologia e a analítica existencial têm estudado o **autismo** em profundos estudos (Blondel, Jaspers, Minkowski [...])
(https://www.google.com.br/books/edition/Grande_enciclop%C3%A9dia_portuguesa_e_brasil/UpUqAAAAMAAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&bsq=autismo&dq=autismo&printsec=frontcover)

e) *Sol Nascente*³⁹, exemplares 1 a 44, 1937:

[...] da grande movimentação esquizo-cilômica, das reacções do **autismo**, e outras, acentuadas pela agitação do período moderno, facto este que é por seu turno um exponencial particular daquilo que poderíamos chamar o “conflito intelectual e estético das classes biológicas”, conflito que nas suas formas extremas e opostas, toma precisamente as formas esquizoide e cicloide. (p. 18)
[...] É o poeta da Mística, o Poeta da Lágrima, o Poeta da Forma; é o Místico da Verdade, o Místico da Mentira, e o Místico da Volúpia: - é toda a coorte dos esquizoide em poesia de **autismo** paroxístico - [...] (p. 47)
[...] É o caos, e com frequência as coisas sahem fora do pensamento psicológico para se aproximarem ou mesmo invadirem o campo psico-patológico. **Autismo**, esquizoïdismo, [...] (p. 125)

³⁹ Trata-se possivelmente de uma revista ou jornal publicado na época, mas o portal Google Livros não traz maiores informações a respeito dessa publicação.

(https://www.google.com.br/books/edition/Sol_nascente/WV8oAQAAMAAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&bsq=autismo&dq=autismo&printsec=frontcover)

f) Arquivos brasileiros de neuriatria e psiquiatria, vol. 22, exemplar 4, 1939, p. 256:

[...] vamos ter uma surpresa: ao lado de muitos sintomas maniacos, encontramos varios elementos da serie esquizofrenica, o que determina justa perplexidade diagnostica:

Psiquismo - A paciente tem hipoprosexia por um duplo disturbio: ora por distraibilidade, ora por **autismo**, quando se aquieta, se interioriza [...] (https://www.google.com.br/books/edition/Arquivos_brasileiros_de_neuriatria_e_psi/acidXAAAAMAAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&bsq=autismo&dq=autismo&printsec=frontcover)

g) Revista Acadêmica, Faculdade de Direito do Recife, 1939:

Artur Ramos (3) professor de psiquiatria da Faculdade de Medicina da Baía, descreve o **autismo** como exuberante função da imaginação. [...] (p. 127)

[...] **autismo** ou vida interior intensa [...] (p. 128)

[...] e ao Dr. Aluizio Moura, assistente do manicômio, as observações que se seguem, aliás casos de homicidio patologico bem caracterizados onde alucinações e idéas delirantes, concepções absurdas, **autismo**, negativismo, [...] (p. 135) (https://www.google.com.br/books/edition/Revista_acad%C3%AAmica/Z3UvAAAAIAAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&bsq=autismo&dq=autismo&printsec=frontcover)

Observa-se, em todos esses empregos, que o termo “autismo” já aparece dentro da área médica, em publicações sobre psiquiatria e filosofia. Além disso, observa-se também que o termo designa não uma síndrome, mas sim um sintoma. Em três dos contextos encontrados, “autismo” aparece como um sintoma numa enumeração: a) “ecopraxia, ecomímia, ecolália, *Sperrung*, como o próprio **autismo**, etc., etc.” (1925); f) “ora por distraibilidade, ora por **autismo**” (1939); g) “alucinações e idéas delirantes, concepções absurdas, **autismo**, negativismo” (1939). Em pesquisas futuras, será necessário observar quando o termo deixa de designar um sintoma e começa a designar uma síndrome completa.

3.2 Os termos “autismo” e “autista” nos dicionários da Língua Portuguesa

O Autismo, substantivo masculino, é verbete nos atuais dicionários de uso geral da Língua Portuguesa. Contudo, ao longo do tempo e com mudanças linguísticas constantes, as lexias “autismo” e “autista” quase não obtiveram os registros de suas novas acepções nesse tipo de obra. É sabido que, para que se registrem ditas mudanças linguísticas em relação ao léxico, e que se tenha registro de novas acepções das unidades lexicais, o labor lexicográfico se faz imprescindível.

Nessa perspectiva, buscamos analisar a microestrutura das entradas “autismo” e “autista” em dicionários de língua geral *online* e impressos (nosso objetivo específico de

número 2). A análise dos dicionários *online* foi publicada em um artigo (FERREIRA; MARONEZE, 2023). A seguir, apresentamos as principais conclusões desse artigo, bem como uma breve análise de alguns dicionários impressos. As perguntas que nortearam nossa análise foram: i) como estão estruturados os verbetes “autismo” e “autista” nos dicionários de uso geral impressos e online? ii) Como se apresenta a microestrutura dos verbetes “autismo” e “autista”? Há informações como etimologia, marcas de uso, definições, exemplos etc.? iii) Quais são os elementos em comum e distintos apresentados nos verbetes “autismo” e “autista” em cada um dos dicionários analisados? iv) Há adequação das definições apresentadas conforme nomenclatura oficial vigente para o autismo (TEA)?

O *corpus* para esta análise constituiu-se de cinco obras lexicográficas da Língua Portuguesa disponíveis em plataforma virtual e de acesso *online*. São elas: Dicionário Caldas Aulete (doravante Aulete); Dicionário Dicio.com (dicio.com); Dicionário Houaiss (Houaiss); Dicionário Michaelis (Michaelis); e, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (Priberam).

Reproduzimos a seguir os quadros comparativos também divulgados em Ferreira e Maroneze (2023):

Quadro 02: Comparativo do verbe “autismo” dos dicionários on-line analisados

Dicionário	ETIMOLOGIA	MARCAS DE USO	DEFINIÇÃO	EXEMPLO
Aulete	-----	Psic.	Estado mental patológico que leva a pessoa a fechar-se em seu próprio mundo, alheando-se, em grande medida, do mundo exterior	-----
Dicio.com	Do francês <i>autisme</i>	-----	1. Transtorno global do desenvolvimento, caracterizado por alterações no desenvolvimento neurológico, pela dificuldade de socialização, de comunicação verbal e/ou do uso da linguagem.	1. Segundo especialistas, os meninos correm de três a quatro vezes mais riscos de sofrer de autismo do que as meninas. <i>Folha de S.Paulo, 03/10/2011</i> 2. Um artigo do grupo de trabalho de autismo do DSM-5 mostrou que, na verdade, essa constatação não tinha amparo. <i>Folha de S.Paulo, 07/01/2013</i> 3. Seus advogados lembram que a síndrome de Asperger é

Dicio.com	A palavra autista deriva da junção de autismo, do francês "autisme", e do sufixo -ista.	-----	<p>1. Pessoa que está no espectro autista, que demonstra várias e distintas síndromes associadas ao autismo, ao transtorno do Espectro Autista (TEA), relacionadas com perturbações ou alterações do desenvolvimento neurológico, dificuldade de comunicação ou de socialização.</p> <p>2. Que está no espectro autista: pessoa autista, criança autista.</p>	<p>1. Um novo concerto escrito especialmente para um pianista cego e autista estreia nesta semana em Londres. <i>Folha de S.Paulo, 29/09/2011</i></p> <p>2. Travolta contou à Suprema Corte das Bahamas que seu filho era autista e sofria de crises convulsivas, que o acometiam a cada cinco ou dez dias e duravam entre 45 segundos e alguns minutos. <i>Folha de S.Paulo, 23/09/2009</i></p> <p>3. Jett era autista e sofria frequentes convulsões, disse Travolta no depoimento anterior. <i>Folha de S.Paulo, 01/10/2009</i></p>
Houaiss	autismo + -ista	(1942 PD3) cf. psiq	que ou quem sofre de autismo	-----
Michaelis	<i>der do gr autós+ista, como fr autiste.</i>	MED, PSICOL Psicologia	Que ou aquele que apresenta sintomas de autismo	-----
Priberam	(auto-, automóvel + -ista); (auto-, próprio + -ista)	-----	<p>1. [Pouco usado] Pessoa que guia um automóvel. = MOTORISTA</p> <p>2. Relativo a autismo adjetivo de dois gêneros e substantivo de dois gêneros</p> <p>3. Que ou quem manifesta perturbações ou alterações associadas ao autismo.</p>	(ex.: perturbação autista; transtornos do espectro autista).

Fonte: elaborado pelos autores e disponível em Ferreira e Maroneze (2023)

Além dessa análise referente aos dicionários online, também realizamos uma breve análise com alguns dicionários impressos. Iniciamos a discussão dos dados pela análise descritiva e, a continuação, quantitativa. Foram transcritas, de sua forma original, as informações obtidas nos cinco dicionários impressos, como apresentado a seguir.

Dicionário Caldas Aulete:

AULETE, F. J. Caldas. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1958.

AUTISMO. s. m. || fenômeno psicológico caracterizado pela tendência a se alhear do mundo exterior e a ensimesmar-se (Bleuler). F. *Auto...* + *ismo*.

AUTISTA. adj. || referente ao autismo. || Diz-se do conceito exagerado que determinados indivíduos tem de si mesmos e que os afasta da realidade. || s. m. e f. pessoa que sofre de autismo. F. cf. *Autismo*.

SILVA, António de Moraes. Grande dicionário da língua portuguesa. 10.^a edição revista, corrigida muito aumentada e actualizada por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado. Editorial Confluência. Sem data. 1948 (data do prefácio) – está no volume 2, de 1950.

Autismo, s. m. (de *auto*-⁶). *Med.* Estado mental caracterizado pela tendência a alhear-se do mundo exterior e estar em permanente introspecção.

Autista¹, s. 2 *gén.* (de *auto*-⁶). Pessoa que vive em autismo.

Autista², *adj.* 2 *gén.* Que se refere ao autismo.

Cândido de Figueiredo. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Quinta edição. Lisboa: Bertrand, sem data. Não consta.

CUNHA. Antônio Geraldo da. Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

autismo *sm.* '(Psic.) fenômeno patológico caracterizado pelo desligamento da realidade exterior e criação mental de um mundo autônomo' XX. Do fr. *autisme*, deriv. do al. *Autismus*, voc. criado em 1911 pelo psiquiatra suíço E. Bleuler, com base no gr. *auto-*, de *autós* 'si mesmo' || **autíGENO** XX || **autista** XX. Do fr. *autiste*.

Academia das Ciências de Lisboa. Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001.

autismo. [awtízmu] *s.m.* (Do gr. *αὐτός* 'o próprio' + suf. *-ismo*). *Psic.* Fenómeno patológico mental, caracterizado pela tendência para o alheamento da realidade exterior e uma constante introspecção. *O autismo pode ser uma das características do doente esquizofrénico.*

autista¹ [awtíʃte] *adj. m. e f.* (do gr. *αὐτός* 'o próprio' + suf. *-ista*). *Psic.* **1.** Que se relaciona com o fenómeno patológico mental, de alheamento do mundo exterior e permanente introspecção; que é relativo ao autismo. *A criança revela comportamentos autistas.* **2.** Que sofre de autismo. *A criança autista isola-se do resto do mundo, ouve sem prestar atenção e não manifesta desejo de comunicar.*

autista² [awtíʃte] *s. m. e f.* (do gr. *αὐτός* 'o próprio' + suf. *-ista*). *Psic.* Pessoa que sofre um alheamento do mundo exterior e uma permanente introspecção; pessoa que apresenta autismo. *Os autistas vivem num mundo interior; e mostram grandes dificuldades ou mesmo incapacidade de se relacionarem com os outros.*

Apresentamos a seguir os quadros comparativos dos dicionários impressos que analisamos, semelhantemente aos quadros já mostrados para os dicionários online:

Quadro 04: Comparativo do verbete “autismo” dos dicionários impressos analisados

Dicionário	ETIMOLOGIA	MARCAS DE USO	DEFINIÇÃO	EXEMPLO
Aulete (1958)	<i>Auto...+ismo</i>	—	fenômeno psicológico caracterizado pela tendência a se alhear do mundo exterior e a ensimesmar-se (Bleuler).	—
Silva (1950)	(de <i>auto</i> - ⁶)	<i>Med.</i>	Estado mental caracterizado pela tendência a alhear-se do mundo exterior e estar em permanente introspecção.	—
Cândido de Figueiredo				
Cunha (1982)	Do fr. <i>autisme</i> , deriv. do al. <i>Autismus</i> , voc. criado em 1911 pelo psiquiatra suíço E. Bleuler, com base no gr. <i>auto-</i> , de <i>autós</i> 'si mesmo'	(Psic.)	fenômeno patológico caracterizado pelo desligamento da realidade exterior e criação mental de um mundo autônomo	—
ACL (2001)	(Do gr. <i>αὐτός</i> 'o próprio' + suf. <i>-ismo</i>)	<i>Psic.</i>	Fenômeno patológico mental, caracterizado pela tendência para o alheamento da realidade exterior e uma constante introspecção.	<i>O autismo pode ser uma das características do doente esquizofrênico.</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 05: Comparativo do verbete “autista” dos dicionários impressos analisados

Dicionário	ETIMOLOGIA	MARCAS DE USO	DEFINIÇÃO	EXEMPLO
Aulete (1958)	—	—	referente ao autismo. Diz-se do conceito exagerado que determinados indivíduos tem de si mesmos e que os afasta da realidade. -, s. m. e f. pessoa que sofre de autismo.	—
Silva (1950)	(de <i>auto</i> - ⁶)	—	1. Pessoa que vive em autismo.	—

			2. Que se refere ao autismo.	
Cunha (1982)	Do fr. <i>autiste</i> .	—	—	—
ACL (2001)	(Do gr. αὐτός ‘o próprio’ + suf. <i>-ista</i>)	<i>Psiqu.</i>	<p>1. Que se relaciona com o fenómeno patológico mental, de alheamento do mundo exterior e permanente introspecção; que é relativo ao autismo.</p> <p>2. Que sofre de autismo.</p> <p>3. Pessoa que sofre um alheamento do mundo exterior e uma permanente introspecção; pessoa que apresenta autismo.</p>	<p>1. A criança revela comportamentos autistas.</p> <p>2. A criança autista isola-se do resto do mundo, ouve sem prestar atenção e não manifesta desejo de comunicar.</p> <p>3. Os autistas vivem num mundo interior, e mostram grandes dificuldades ou mesmo incapacidade de se relacionarem com os outros.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Discorreremos, a partir de agora, de forma descritiva, sobre as constatações após análise comparativa.

3.3 Análise dos dados

3.3.1 Etimologia

Entre os cinco dicionários on-line analisados e com base nas informações dispostas nos quadros comparativos de números 1 e 2, 4 (quatro) apresentaram informações quanto à etimologia dos verbetes “autismo” e “autista”: Dicio.com, Houaiss, Michaelis e Priberam. Nestes são feitas referências ao grego (*autós* - no sentido de 'de si mesmo' + *ismo*), ao francês (*autisme*) e à língua portuguesa (*auto-* + *-ismo*) como fontes de origem da palavra autismo (além de menções ao alemão *Autismus* e ao inglês *autism* pelo dicionário Houaiss). Da entrada “autista” temos: junção de autismo, do francês *autisme* e do sufixo *-ista*, bem como *autiste*; autismo + *-ista*; derivação do grego *autós+ista*; derivação da língua portuguesa *auto-*, *automóvel* + *-ista* e *auto-* no sentido de próprio + *-ista*.

A respeito dos dicionários impressos, quadros de números 3 e 4, apenas em 3 (três) constam dados etimológicos de “autismo” e “autista”, a saber: dicionários Silva, Cunha e ACL. Esses apresentam as seguintes referências etimológicas para “autismo”: de *auto-* da língua portuguesa, *autisme* do francês e apontando este como derivado do alemão *Autismus*, do grego αὐτός “o próprio” ou “a si mesmo” + suf. *-ismo*. Sobre o verbete “autista” os

mesmos elucidam que é proveniente de: *auto-* da língua portuguesa, *autiste* do francês e αὐτός “o próprio” + suf. *-ista*, do grego.

Observa-se que os vários dicionários não têm um consenso sobre qual é a forma mais adequada de descrever a etimologia dessas unidades lexicais; além disso, por vezes parece não haver clareza sobre a distinção entre etimologia e estrutura morfológica, visto que uma descrição como “*auto-* + *-ista*” é, na verdade, uma identificação dos elementos morfológicos da unidade lexical, e não da sua origem.

3.3.2 Marcas de uso

Quanto à marca de uso, 04 (quatro) dicionários *online* apresentaram marca no verbete “autismo” e 02 (dois) no “autista”, vejamos no quadro a seguir.

Quadro 06: Marcas de uso registradas nos dicionários *online* analisados.

Dicionários	Aulete	Dicio.com	Houaiss	Michaelis	Priberam
Verbetes					
autismo	Psic.	—	1935 / psiq	MED, PSICOL	[Medicina]
autista	—	—	1942 / psiq	MED, PSICOL, Psicologia	—

Fonte: elaborado pelos autores e disponível em Ferreira e Maroneze (2023).

Tratando-se dos dicionários impressos, observamos que em 03 (três) dicionários há o registro das marcas de uso para o verbete “autismo” e somente em 01 (um) se registra a marca de uso para “autista”.

Quadro 07: Marcas de uso registradas nos dicionários impressos analisados.

Dicionários	Aulete (1958)	Silva (1950)	Cândido de Figueiredo	Cunha (1982)	ACL (2001)
Verbetes					
autismo	—	<i>Med.</i>	—	(Psic.)	<i>Psic.</i>
autista	—	—	—	—	<i>Psic.</i>

Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com os dados do quadro de número 5 (cinco) para os dicionários *online*, as marcas apresentadas são as diacrônicas, que datam o registro da palavra em uma língua⁴⁰, e as diatécnicas, que fazem referência a áreas de especialidades, atribuindo uma identificação técnica em meio ao léxico geral.

Na palavra-entrada “autismo”, diacronicamente, foi registrado o ano de 1935, e para “autista” a datação de 1942, ambas as informações constam somente no dicionário Houaiss. Das marcas diatécnicas 04 (quatro) dicionários apresentaram dados para o verbo “autismo”, a saber: Aulete, Houaiss, Michaelis e Priberam, e em 02 (dois) para “autista”: Houaiss e Michaelis. Constatou-se que as marcas são da área da medicina, grafada [Medicina] e (MED); da psiquiatria (Psic.) e psic.; da psicologia (PSICOL).

Quanto aos dicionários impressos, quadro de número 6 (seis), verificamos que em 3 (três) constam as marcas diatécnicas para o verbo “autismo”, sendo da área da medicina e da psiquiatria, grafadas respectivamente como *Med.*, (Psic.) e *Psic.*, isso para os dicionários Silva, Cunha e ACL. Já para o verbo “autista”, somente o dicionário ACL apresenta a marca, *Psic.*, da psiquiatria. Evidenciamos que não consta o registro diacrônico para ambos os verbetes em nenhum dos dicionários impressos analisados acima.

Em relação às marcas de uso (MU), pode-se observar que há algum consenso entre as obras, indicando que se trata de termos das áreas da medicina, psiquiatria ou psicologia.

Dada a importância das marcas de uso como informações que contribuem com o consulente para o entendimento de uma unidade lexical (UL) e adequação de uso das mesmas

⁴⁰ Conforme já apontado na seção 2.5, autores como Porto Dapena (2002), Garriga Escribano (2003) consideram que, entre as marcas de uso, existem as diacrônicas, como *obsoleto*, *desusado*, *neologismo*. Aqui, estamos considerando a datação informada pelo dicionário Houaiss como uma espécie de marca de uso diacrônica.

a depender do contexto, em se tratando das obras que não as apresentam podemos dizer que a falta dessa informação compromete a compreensão do usuário, é como pondera Pereira (2018, p. 194) “[...] o conhecimento de diferentes aspectos de uma UL torna-se essencial em diversas situações de comunicação”.

3.3.3 Definição

A respeito da definição, todos os verbetes foram contemplados nos 05 (cinco) dicionários *online* analisados. No entanto, foquemos nas seguintes definições para o autismo: “Estado mental patológico que leva a pessoa a fechar-se em seu próprio mundo, alheando-se, em grande medida, do mundo exterior.” “Ausência de interesse pelo que é exterior.” (Dicionários Aulete e Priberam, grifo nosso).

Um dos mitos comuns sobre o autismo é de que pessoas autistas vivem em “seu mundo próprio”, interagindo com o ambiente que “criam”. Se, por exemplo, uma criança autista fica isolada ou somente observando as outras brincarem, não é porque ela necessariamente tem “ausência de interesse” no ato de brincar ou porque “vive em seu mundo”, mas por ter dificuldade em iniciar, manter e terminar adequadamente uma interação, tendo em conta os comprometimentos cognitivos, comportamentais e de comunicação das pessoas com TEA.

Em outra definição verificamos a presença de termos que estão diretamente relacionados ao prejuízo cognitivo, da comunicação e do comportamento do autista, como é o caso de “perturbações ou alterações do desenvolvimento neurológico, dificuldade de comunicação ou de socialização.” (Dicionário Dicio.com). Sabe-se que o aspecto comportamental e de comunicação do autista é variável, conforme também é, em menor ou maior grau, o comprometimento do cognitivo, como mencionamos acima.

Também nos chama a atenção a aceção apresentada para a unidade léxica “autista” no dicionário Priberam da Língua Portuguesa, em que autista é “[Pouco usado] Pessoa que guia um automóvel = MOTORISTA”. Notamos que não há nenhuma referência de datação e ou exemplo que ilustram o uso da palavra autista como motorista. O fato da indicação [Pouco usado] na entrada do verbe nos faz indagar sobre a questão do desuso, bem como se o termo é pertencente a um grupo específico. O que nos leva à necessidade de um estudo mais aprofundado quanto a historicidade de “autismo” e “autista”.

Já a definição apresentada para autista no dicionário Houaiss, não é abrangente e esclarecedora o suficiente como a que temos em vigência pelo Manual de Diagnóstico de

Doenças Mentais de 2013 (DSM-5). Nota-se que o autista é elucidado como “que ou quem sofre de autismo”. De certo modo, implica-se aqui as outras nuances do uso da palavra sofrer nessa definição, conseqüentemente mais um estudo lexical a se considerar.

Em contrapartida, um aspecto relevante é o registro da nomenclatura vigente do transtorno – TEA, no dicionário Dicio.com, o único a apresentá-la: “Pessoa que está no espectro autista, que demonstra várias e distintas síndromes associadas ao autismo, ao transtorno do Espectro Autista (TEA)”⁴¹; esse é um dado que evidencia a atenção que se deve ter com a atualização dos dicionários. Atualmente a nomenclatura oficial e a definição mais aceita e difundida no âmbito acadêmico e científico é a do TEA. A referida definição se encontra no já mencionado DSM-5.

3.3.4 Exemplos de uso

Passemos à verificação dos exemplos. Dos 05 (cinco) dicionários *online* analisados, somente 02 (dois) exemplificam as respectivas palavras-entrada. No Dicio.com os exemplos foram extraídos de *corpus* autêntico⁴¹ para ambas as unidades léxicas, vejamos: **1.** Segundo especialistas, os meninos correm de três a quatro vezes mais riscos de sofrer de **autismo** do que as meninas. *Folha de S.Paulo, 03/10/2011*; **2.** Um artigo do grupo de trabalho de **autismo** do DSM-5 mostrou que, na verdade, essa constatação não tinha amparo. *Folha de S.Paulo, 07/01/2013*; **1.** Um novo concerto escrito especialmente para um pianista cego e **autista** estreia nesta semana em Londres. *Folha de S.Paulo, 29/09/2011*; **2.** Travolta contou à Suprema Corte das Bahamas que seu filho era **autista** e sofria de crises convulsivas, que o acometiam a cada cinco ou dez dias e duravam entre 45 segundos e alguns minutos. *Folha de S.Paulo, 23/09/2009*.

Em um dicionário de uso geral, os exemplos assumem caráter esclarecedor, geralmente as definições apresentam exemplos autênticos ou adaptados, e são valiosos para a compreensão. Muitas vezes o que aparece de uma forma abstrata num dicionário é caracterizado pelos exemplos, que servem também para mostrar como uma palavra pode ser usada. Sabe-se que, por razões econômicas, faltam exemplos na maioria dos dicionários

⁴¹ Conforme estudiosos renomados da Linguística de Corpus, citamos a título de exemplificação Sinclair (1991), Sardinha (2000), é considerado corpus autêntico dados linguísticos textuais coletados e explorados, atualmente, por meio de computador e ferramentas computacionais, com o propósito de servirem de base para pesquisas que objetivam a descrição dos mais variados aspectos da linguagem, considerando a língua ou uma variedade linguística.

impressos. No entanto, para os dicionários *online*, não haveria essa restrição. Mesmo assim, poucos dicionários, tanto *online* quanto impressos, trazem exemplos.

Quanto ao segundo dicionário, o Priberam da Língua Portuguesa, esse registrou: “perturbação autista; transtornos do espectro autista”, como exemplos ao que é relativo ao autismo. Importante observar que o mesmo dicionário apresentou a exemplificação “autismo governamental” para a lexia “autismo”, e com observação de ser esse depreciativo.

Em relação aos dicionários impressos, apenas o ACL traz exemplos: uma frase para *autismo* e três para *autista*. Excertos linguísticos provavelmente inventados/ adaptados - visto que não são mencionadas as fontes - talvez muito mais para auxiliar na compreensão da definição ou no intuito de atestar a existência dessas lexias. Quanto a isso, lembramos o expresso por Garriga Escribano (2001), que considera como exemplos na microestrutura do dicionário quaisquer excertos linguísticos – quer sejam sentenças completas, quer sejam apenas sintagmas – em que o signo-lema ocorra.

Vejamos sobre os exemplos constatados: **1.** *O autismo pode ser uma das características do doente esquizofrênico.* **1.** A criança revela comportamentos autistas. **2.** A criança autista isola-se do resto do mundo, ouve sem prestar atenção e não manifesta desejo de comunicar. **3.** *Os autistas vivem num mundo interior, e mostram grandes dificuldades ou mesmo incapacidade de se relacionarem com os outros.* Percebe-se que as frases por possivelmente serem inventadas ou adaptadas, portam-se de maneira desconexa, como a frase de número 1 - referente a autista; as demais frases de números 1 - para autismo, 2 e 3 - para autista, apresentam conceitos já ultrapassados e generalizados em relação ao transtorno e a pessoa autista.

Muitas das vezes um exemplo ou definição não consoante com o que realmente é - no caso de dicionários que não passam por revisão periódica, por exemplo - acabam que por “rotular”, e assim moldam, de certa forma, as percepções dos outros sobre as restrições/limitações e potencialidades da pessoa com autismo, pode-se dizer aqui das outras deficiências também, em que acontece o mesmo. Generaliza-se, e isso é um processo que despersonaliza o indivíduo, diferenciando-o em meio ao que é “socialmente” aceito ou tido como normal.

Em relação a isso, Tomasini (2012, p. 117) expõe que “O atributo que o tornou diferente dos outros faz do indivíduo um ser reduzido àquela imperfeição. Ele é um aleijado, um louco, um deficiente e nada mais. Um indivíduo estigmatizado pode ter reduzidas suas chances de convivência social.” (TOMASINI, 2012, p. 117)“.

A autora contribui para as reflexões no sentido de alertar-nos sobre os nossos olhares frente às diferenças. Cada pessoa deve ser vista na sua singularidade e não pelas definições que lhe são atribuídas da sua condição física e/ou biológica.

Hoje pessoas com autismo transitam por vários contextos socioculturais, é fundamental ter contato com esta realidade tão peculiar que caracteriza o TEA. Dessa forma, vemos a essência do dicionário como o canal desse contato e propagador de informações autênticas, além de condutor ao conhecimento. Entendemos que mudança exige esforço e constante aprendizado, mas que se faz necessário, sempre que for preciso rever as nossas práticas.

3.4 Considerações do capítulo

E no intuito de obter respostas à inquietude provocada pela indagação: Qual o significado de autismo e autista no dicionário? Foi um tanto desolador perceber que com os estudos de décadas e os mais recentes com foco no TEA, algumas definições atribuídas e termos a este correlacionados, não estão ainda claros e, em poucos casos, se apresentam de uma forma a dar a entender ao consulente o seu significado.

As informações constatadas, sinalizaram os desafios com os quais se deparam os familiares e a pessoa com TEA e os consulentes, de forma geral, em compreender determinadas definições quanto aos verbetes autismo/autista. Nem sempre um consulente faz uma busca ampla nos dicionários, no sentido de comparar e encontrar mais esclarecimentos sobre o objeto de sua consulta, e acaba por “aceitar” o que lhe é fornecido de imediato. Com isso foi perceptível, ao se analisarem os dados, a realidade linguística na qual as pessoas autistas estão inseridas. É mister de nossa parte enquanto estudiosos do léxico e tendo por princípio o registro da palavra e seu universo, evidenciar a importância das adequações nas definições dos verbetes que designam deficiências; e assim, promover uma maior compreensão do espectro por parte da sociedade, evitando estereótipos e até a estigmatização do indivíduo com TEA.

A partir do nosso estudo, identificamos problemas nas definições para o conceito de autismo. Dessa forma, registramos aqui a continuidade da pesquisa, em caráter de doutorado, com proposta e subsídios para uma definição adequada ao conceito contemporâneo de “autismo” e “autista”.

Em conclusão, há um ensejo de que esses dados obtidos possam somar a outras pesquisas e até mesmo incitar tantas outras mais sobre a temática, e que contribua para os estudos lexicográficos, em específico com olhar mais atento as acepções de lemas designativos às deficiências e tudo o que possa abranger as informações acerca dessas no dicionário.

CAPÍTULO 4 – A PRESCRIÇÃO LEXICAL: USOS INDEVIDOS DE “AUTISMO” E “AUTISTA”

A língua enquanto instituição social é constituída por um sistema heterogêneo e diversificado, ela reflete a identidade nacional pela identidade linguística, uma vez que por ela se vê, se pensa e se exprime uma realidade plural, e conforme Oliveira e Isquerdo (1998, p. 07) “esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade (...)”.

Dessa maneira, compreendemos a importância da linguagem e da realização dessa em um ambiente social, “formando famílias ou grandes comunidades ou vivendo na intimidade de pequenos grupos”, Maturana (1998, p. 71), pois fora da sociedade a linguagem não encontra expressão.

Hjelmslev (2003) pontua que “[...] linguagem – a fala humana – é uma inesgotável riqueza de múltiplos valores. [...] é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos.” Com a linguagem podemos expressar e agir; ela repercute em nossas percepções sobre o outro, repercute uma experiência cotidiana, em meio a realidade sócio-cultural, em que cada um de nós armazenamos na memória novas palavras para compor acervo lexical individual.

Destarte, para cumprir o objetivo de número 4 desta dissertação, este capítulo se atenta a analisar os sentidos outros que as lexias “autismo” e “autista” assumem em diferentes contextos linguísticos-discursivos, em especial os sentidos conotativos, pejorativos ou estigmatizados. No intuito de: i) identificar os contextos em que as palavras “autismo” e “autista” são usadas de forma inadequada e com sentido diferente em relação ao sentido técnico da Medicina; ii) averiguar em quais desses contextos consta o emprego em tom pejorativo e estigmatizado e selecioná-los; e iii) descrever as conotações que essas palavras apresentam, como conotações pejorativas e de estigma social, por exemplo.

Tomamos como base a repercussão da campanha #Autismonãoéadjetivo, idealizada por três mães de autistas, realizada desde 2016 através das redes sociais e com vistas a conscientizar sobre o autismo e acabar com preconceitos e com o uso indevido e pejorativo

da palavra, após surgimento do uso das lexias “autismo” e “autista” de forma desmedida em variados contextos; bem como divulgar ações de apoio à causa autista.

Apresentamos, na sequência, ponderações sobre o emprego conotativo e pejorativo, os procedimentos metodológicos e a análise a que nos propomos. Por fim, as considerações a respeito dos dados obtidos.

4.1 Do uso conotativo, pejorativo e estigmatizado de uma unidade lexical

Costuma-se denominar de “polissemia” a característica de uma unidade lexical apresentar mais de uma acepção (cf., por exemplo, Crystal, 2008, verbete “polysemy”). O surgimento de novas acepções é frequentemente estudado pelos estudos de Neologia, sob o nome de “neologia semântica” (cf. Alves, 2007, pp. 62-67).

Um estudo aprofundado sobre por que e como as unidades lexicais adquirem novas acepções foge ao escopo deste trabalho. Interessa-nos aqui o fato de que os termos “autismo” e “autista” vêm adquirindo outras acepções, que por vezes são consideradas pejorativas e inadequadas.

Entendemos que “inadequado”, em relação ao uso de “autismo” e “autista”, significa o emprego desses termos para se referir a situações em que não se tem o autismo propriamente dito (no sentido técnico, médico), mas que são comparadas de alguma forma ao transtorno.

Conforme o nosso intuito, abordaremos o uso inadequado dos termos “autismo” e “autista”, com vistas a verificar os sentidos outros que as lexias “autismo” e “autista” assumem em diferentes contextos linguísticos-discursivos, em especial como adjetivo, metáfora, pejorativo ou estigma. Tecemos brevemente sobre nossas constatações, e considerando o que comenta Martins e Zavaglia (2016, p.84): “Com efeito, os conceitos evoluem de acordo com as mudanças sofridas pela sociedade, proporcionando novos significados, determinados pelo uso que fazemos das palavras, e que coexistem com outros significados já existentes”

Embora existam inúmeras fontes de informações sobre o autismo com publicações variadas (de artigos a teses, livros, revistas e *sites* especializados, páginas no *Facebook* ou *Instagram*, tanto pessoais como das instituições que atendem a esse público, como as Organizações não Governamentais (ONGs) de apoio e as Associações de Pais); e mesmo havendo um acervo de esclarecimentos sobre o que venha a ser o autismo, não é incomum

alguma pessoa utilizar as palavras “autismo” e “autista” de forma pejorativa e desmedida em variados contextos, transpondo a vulgarização de termos, como elucidamos no capítulo 2.

No nome da campanha #Autismonãoéadjetivo, quanto ao termo ‘adjetivo’, em realidade não temos autismo como adjetivo, cabe entender que, primeiro, a referência se faz ao todo do espectro e a pessoa autista é parte constituinte do mesmo. Em segundo, sabemos que adjetivo é uma categoria de palavras dentro das classes gramaticais, em termos morfossintáticos, de classificação de palavras. Em termos semânticos, o que está sendo contestado é o uso da palavra autismo e autista como insulto, com a intenção de zombar as pessoas, como pejorativo, no sentido de adjetivar; contextos em que se faz atribuição inadequada a quem do sentido da medicina – ou seja, caracterizando situações, coisas e outras pessoas com as especificidades da pessoa com autismo.

Cabe falar um pouco sobre o uso metafórico de uma palavra; pensando a metáfora como representação mental, como o *processo* de uma *transferência* em que as expressões metafóricas evidenciam conceitos. A metáfora é largamente utilizada na atribuição de juízos de valor, desempenhando papel fundamental na expressão e compreensão de enunciados, uma vez que tem o poder de apresentar ideias de forma concreta e sintética. Os empregos metafóricos nem sempre são dicionarizados; podem ser considerados discriminatórios às vezes, certamente, que precisam estar dicionarizados também, com alguma rubrica dizendo que não são adequados. O que serviria de alerta ao consulente, uma vez que atos de discriminação e preconceito é crime.

Na literatura acadêmica, por parte dos primeiros notáveis médicos pesquisadores do autismo, em meados do século passado, algumas metáforas foram usadas para descrever ou denominar a pessoa autista:

[...] “tomada desligada”, por Leo Kanner; “buraco negro”, por Francis Tustin; “fortaleza vazia”, por Bruno Bettelheim; “folha de papel”, por Donald Meltzer; “ovo de pássaro”, por Margareth Mahler. São metáforas que indicam que o autista está aprisionado dentro dele mesmo [...] (FONSECA JÚNIOR, 2023, p. 27)

Observamos que, de certa forma, essas denominações utilizadas pelos médicos pesquisadores para apontar características de seus pacientes autistas, implicaram em ideias distorcidas sobre a realidade do autista.

Pontuamos uma outra questão, que é da intenção pejorativa e ofensiva por parte da pessoa que usa a palavra autista, ou até mesmo pelo mau uso dessa, quando de um uso

desmedido. Há pessoas que têm um conceito, uma visão vaga do autismo e da pessoa autista, acabando assim por generalizar e até banalizar as características de quem tem o transtorno, atribuindo-as a contextos amplos e distorcidos com novas significações do que realmente o é.

Dada a importância das variadas dimensões lexicais para a constituição do sentido linguístico-discursivo, em específico o que se constrói em torno desse universo complexo e heterogêneo que é o autismo, partimos da premissa de que as incertezas e os debates que envolvem o autismo ganham contorno em distintos contextos, aqui, em especial, o do sociopolítico.

4.2 Da campanha #Autismonãoéadjetivo

Foi na “batalha” por pedir o fim do uso do termo autismo como adjetivo que as mães Ana Paula Albuquerque, Ana Maria Elias Braga e Helena Lima se uniram, em 2016, em movimento pelas redes sociais com a #Autismonãoéadjetivo. Uniram-se a elas uma rede de familiares de pessoas com autismo. A *hashtag* ganhou visibilidade nacional em pouco tempo e figuras públicas como apresentadores, jornalistas e artistas foram convidados a gravarem vídeos conscientizando sobre o autismo e o autista e as peculiaridades do transtorno. O conteúdo dos vídeos sempre faziam alusão às ações de conscientização e do quão as pessoas com autismo são alvos de preconceito e exclusão.

Vários desses vídeos de curta duração circulam no *Youtube* e são compartilhados em redes sociais, gravados por artistas da dramaturgia, da música, apresentadores e jornalistas renomados das redes televisivas do Brasil. Essas figuras representativas doaram seus cachês e direitos de imagem à causa, para transmitirem mensagens de combate aos atos preconceituosos e de discriminação em relação ao autismo e à pessoa autista, além de informar, de maneira oportuna, sobre o que venha a ser o espectro e suas peculiaridades.

Conscientizar a toda uma população de que atos de discriminação e preconceito é crime, com penas previstas em lei, e que pessoas com necessidades específicas tem seus direitos garantidos legalmente, é, por vezes, percorrer um caminho individual, mas também – e sobretudo – coletivo. Assim, a formação de redes de apoio é fundamental. São os familiares que bem conhecem este universo; a família é o agente defensor e promotor da pessoa com deficiência junto à sociedade, e a busca por empatia, o combate ao preconceito ao TEA e o reconhecimento dos direitos dos autistas.

Desde 2012 há uma lei federal para o autista, Lei 12.764, conhecida como Lei Berenice Piana, que instituiu uma política nacional de proteção aos seus direitos, dentre os

quais o de não sofrer nenhum tipo de discriminação por motivo da deficiência, nem ser submetido a tratamento desumano ou degradante. A lei reafirma o ideário inclusivo, já previsto na Constituição Brasileira, que estabelece, entre diversas outras garantias, o direito à dignidade de todo cidadão.

Corroborando com a Lei Berenice Piana, têm-se o Decreto Legislativo 186, de 9/7/08, que ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) com equivalência constitucional, e o Decreto 6.949, de 25/8/09, que promulgou a CDPD. O Artigo 8 do Decreto trata sobre a questão da conscientização, vejamos:

“(1) Os Estados Partes se comprometem a adotar medidas imediatas, efetivas e apropriadas para: (a) ... ; (b) Combater estereótipos, preconceitos e práticas nocivas em relação a pessoas com deficiência, inclusive aqueles relacionados a sexo e idade, em todas as áreas de vida; (c) ... (2) As medidas para esse fim incluem: (a) Lançar e dar continuidade a efetivas campanhas de conscientização públicas, destinadas a: (i) Favorecer atitude receptiva em relação aos direitos das pessoas com deficiência; (ii) Promover percepção positiva e maior consciência social em relação às pessoas com deficiência; (iii) ... ; (b) ... ; (c) Incentivar todos os órgãos da mídia a retratar as pessoas com deficiência de maneira compatível com o propósito da presente Convenção; (d) ...”. (Decreto 6.949, Artigo 8, 2009)

E foi em consonância com o previsto por essas leis que as famílias partícipes da campanha se encarregaram de expor e denunciar artistas, comediantes e até mesmo figuras políticas que tivessem usado a palavra autismo e autista como forma de menosprezar e de forma pejorativa ao tentar ofender indivíduos que estivessem praticando atos ou apresentando comportamentos que se assemelham ou mesmo indicam características apresentadas por pessoas com TEA.

O grupo que gerou a campanha #Autismonãoéadjetivo também promoveu a #souautistaesociedade, objetivando que os representantes legais do governo e a sociedade se atentem às garantias dos direitos de todo cidadão não importando a condição que os diferenciam, conforme previsto na Constituição Brasileira.

4.3 Metodologia

Tomando como base a repercussão da campanha #Autismonãoéadjetivo, em alusão ao surgimento do uso das palavras “autismo” e “autista” de forma desmedida, identificamos que a maior evidência de tal ato se deu em contextos discursivos de fala de representantes políticos e do meio artístico. No entanto, muitos desses atos ocorridos no meio artístico, registrados em vídeo ou áudio, foram excluídos e ou desvinculados dos meios pelos quais

circulavam, restando para nossa análise os registros escritos em matéria jornalística de periódicos nacionais de grande circulação. Disso, os recortes dos contextos linguísticos se referem, muito mais, à fala de representantes políticos do nosso país, o que se tornou nosso *corpus*.

Para a análise pretendida, procedeu-se no *corpus* as ações de:

1. Seleção dos textos que apresentam contextos linguísticos-discursivos nos quais foi identificado o uso metafórico das lexias em estudo;
2. Recorte nos discursos em que as palavras autismo e autista desempenham função de adjetivo atribuindo caráter de adjetivo, seja em tom metafórico, pejorativo e/ou de estigma;
3. Análise descritiva dos contextos linguísticos-discursivos em que houve uso das lexias autismo e autista de forma metafórica, pejorativa ou de estigma;
4. Apresentação dos dados obtidos após análise.

4.4 Análise

Para contribuir com a nossa análise, é de suma importância compreendermos o sentido que uma palavra assume quando situada num determinado contexto.

Para Bakhtin/Volochínov (2007), o sentido de uma palavra só pode ser compreendido quando considerado seu contexto real de uso; isto é, uma palavra ganha diferentes sentidos quando usada em situações distintas. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial, o que compreendemos quando o autor nos diz que:

(...) toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente o *produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2007, p. 117).

Diante das considerações acima e de que Bakhtin/Volochinov nos apresenta um sujeito dialógico, pelo qual se entende a língua como um fenômeno social de interação verbal, isto é, de interação ou intercâmbio entre indivíduos reais em condições históricas reais, passamos a análise dos termos “autismo” e “autista” encontrados nos contextos linguísticos discursivos selecionados, a fim de constatar as inadequações a que nos propomos.

Excerto 1:

“Após chamar ministra Ana de Hollanda de ‘**meio autista**’, Sader abriu crise no governo; parte do PT o defendeu. O sociólogo, que deveria assumir nos próximos dias a presidência da

Casa de Rui Barbosa, uma das sete autarquias diretamente ligadas ao Ministério da Cultura (MinC), virou assunto de governo após chamar a ministra Ana de Hollanda de **autista**. Em entrevista publicada pela Folha no último domingo, Sader acusou Hollanda de ‘não falar’ e de ser ‘**meio autista**’.”

(Ana Paula de Souza, “Governo desiste de nomeação de Sader”, Ilustrada, *Folha de S.Paulo*, 3/3/2011).

O primeiro excerto trata de matéria jornalística veiculada, reiteradas vezes, em que o interlocutor Emir Sader deixou claro que, segundo o seu entendimento da palavra ‘autista’, a então ministra Ana de Hollanda, a quem se dirige, seria ‘**meio autista**’ porque ela não se pronunciou sobre o corte no Orçamento, assumiu uma “atitude de inércia”. Porém, mesmo que inconscientemente, o sociólogo Emir Sader transmite à sociedade um conceito equivocado sobre o que é ser uma pessoa com autismo.

Nesse contexto está pontuado como os preconceitos são refletidos através da comunicação tanto oral quanto escrita, e em alguns dos contextos analisados, em princípio como o do discurso do excerto de número 1, é o que revelam as falas de representantes políticos.

Como já mencionado no capítulo 1 sobre a contextualização do TEA, os autistas, a depender do nível do comprometimento cognitivo tem diversas disfunções na linguagem, o que afeta a comunicação. Em vários casos aparenta inércia e ou frieza por não falarem, não expressarem verbalmente.

Passemos a um outro excerto do que fora expresso por um jornalista colunista em relação à situação anteriormente exposta.

Excerto 2:

Tão errado quanto Emir Sader foi o colunista Leonardo Attuch ao opinar que Emir Sader “poderia ser enquadrado na categoria de **autista**” e que Emir, por não perceber a nova realidade, dá sinal de ter **autismo**. Trecho do artigo intitulado “**Autistas da cultura**”.

(Leonardo Attuch, *IstoÉ*, ano 35, n. 2156, 9/3/2011, p.47, grifo nosso).

A linguagem, ao nomear *autismo e autista*, desliza os sentidos do que é ser autista e evoca outros sentidos possíveis para essas palavras. Percebe-se que a linguagem constrói para o sentido de *autismo e autista*, nessa exemplificação, os efeitos de sentido pejorativo e ironia. No excerto 2 fica evidente a presença da ironia ao se referir ao Ministério da Cultura, no trocadilho com a palavra ‘artistas’ por ‘autista’ no título do artigo “Autistas da Cultura”.

Elucidamos que o cognitivo do autista também é afetado em menor ou maior grau, o que implica na não capacidade do entendimento de linguagem figurada, o que justifica, por vezes, a inocência e a dificuldade em discernir certo e errado e julgamento de valores.

Não é incomum alguma personalidade da vida pública utilizar as palavras “autismo” e “autista” de forma pejorativa, na intenção de insultar ou ofender, criticar ou designar algo negativo. Fica mais que evidente as concepções socialmente partilhadas sobre o autismo. Não nos apeguemos nesta análise às concepções do registro da língua, mas sim da construção que a linguagem faz quando diz “autismo” e “autista” e dos sentidos que ela mobiliza (relaciona) quando os nomeia.

Excerto 3:

(...) “Mas será que, nestes oito anos de tucanato com pefelistas e peemedebistas, não estaremos participando da ‘**casa dos autistas**’, dos que vivem dissociados da realidade social, retroalimentando apenas o ego e a vaidade sem limites racionais?!”
(Fórum dos Leitores, O Estado de S. Paulo, 18/3/2002).

No excerto em questão, há um trocadilho ‘**casa dos autistas**’ com o nome de um programa veiculado em uma Rede Brasileira de Televisão, *Casa dos Artistas*. Programa que se destinava ao confinamento de artistas que passavam a conviver diariamente, realizando provas-desafios na competição para ganhos materiais e, alguns, após certo tempo sem nenhum contato com o meio externo, apresentavam mudanças psíquico-comportamentais.

Segundo Velarde (1991), os contextos extralinguísticos interferem tanto no que se diz ou (não se diz), como também na interpretação daquilo que se diz. Nesse sentido, ‘casa dos autistas’ exerce um papel na significação do trecho ao apresentar sua carga semântica pejorativa.

Salientamos que, muitas dessas notícias são reproduzidas em sua versão digital em blogs e nas redes sociais, gerando uma difusão que vai além dos leitores do veículo em que foram originalmente publicadas, o que coopera muitas vezes com o uso desmedido e os sentidos deturpados que vão se propagando.

Excerto 4:

“O cientista político Renato Lessa afirma que governo e Congresso **agem de forma autista** e predatória.”
(Rafael Cariello, Folha de S.Paulo, 15/5/2005)
Em entrevista à jornalista Renata Lo Prete, da GloboNews, a ministra Cármen Lúcia disse que “os ministros **não são autistas**”

Entendemos esses contextos não como representações de uma realidade, mas que dão forma e conteúdo às questões e às controvérsias ligadas ao autismo, e, por outro, contribuem ativamente para esses debates, pois produzem determinados efeitos de sentido nos leitores.

É sabido que a relação entre o texto e o leitor é marcada, discursivamente, pelo momento histórico em que o texto foi produzido e submetido à circulação por variados canais.

Assim, vale destacar, ainda, que conforme Castilho (2010), ao se ler e interpretar um texto, deve-se considerar seus diferentes aspectos: o gramatical, o textual e o discursivo. Nos detemos no aspecto discursivo, o qual remete à situação de comunicação, à relação entre os interlocutores que, representados no discurso, podem compartilhar conteúdos, crenças e valores.

Em concordância com o pensamento de Velarde (1991) em que diz que as palavras ganham valores diante de distintas ideologias, uma vez que a linguagem é influenciada diretamente pela época em que se situa, foi mais do que perceptível, ao se analisarem os dados em sua totalidade, a realidade linguística na qual as pessoas autistas estão inseridas – por muitas vezes descaracterizados e estigmatizados por ironias e preconceitos.

4.5 Considerações sobre o capítulo

Observamos que temáticas relacionadas ao autismo têm recebido crescente atenção na mídia, em específico nos textos jornalísticos pela credibilidade e amplo alcance, e massiva divulgação por parte de grupos de apoio. Grupos estes que, constituídos em sua maioria por familiares de autistas e, em menor número, por profissionais e pelos próprios autistas, além de ajudarem a disseminar informações sobre o transtorno e assuntos a ele relacionados, têm também papel importante na luta por direitos e na constituição de políticas públicas.

O autista, de acordo com o art. 1º, § 2º, da Lei nº 12.764/2012 de Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com TEA, é pessoa com deficiência para todos os fins legais. Portanto, todas as normas que amparam as pessoas com deficiência, também assistem a este público cuja condição é tão peculiar, dada sua diversidade no espectro.

Felizmente, após longo período de segregação, as pessoas com deficiência ascenderam para a sociedade. Dentro deste contexto, estão as pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que começam a sair de ambientes restritos - doméstico e

hospitalar em sua maioria - e passam a integrar os mais variados contextos socioculturais (as ruas, as escolas, as lojas, os parques, as igrejas e demais locais onde nunca tinham estado anteriormente).

Para a boa convivência em sociedade enquanto seres praticantes da linguagem e sociáveis que somos - ou que podemos chegar a ser - seria de grande valia que mostrássemos empatia. Pôr-se no lugar de pessoas que têm autismo, ou outros transtornos e deficiências, é tarefa árdua para nós, os chamados “neurotípicos”, mas fundamental na ruptura da falsa barreira entre “normais” e “deficientes”, “típicos” ou “atípicos”. Imprescindível também para conceber que é por meio da linguagem que vemos e interpretamos o outro e que determinadas concepções podem “falsear” um real significado e distorcer toda uma realidade. Difundir conhecimento sobre as deficiências é latente, a fim de que atos discriminatórios não sejam cometidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da seguinte indagação: Qual o significado de “autismo” e “autista” no dicionário? No autismo, dado o referencial teórico escolhido, faz-se importante levar em conta o que os verbetes dos dicionários de uso geral atestam, que informações privilegiam, quais dados são ressaltados e quais são deixados de fora, como constam as datas, os exemplos, que dados outros as acepções abordam e como contribuem para o entendimento do autismo, um enfoque mais clínico ou mais histórico, são todos elementos significativos.

Com a observação dos dados, pudemos perceber que, apesar de haver muitos estudos recentes sobre o TEA, algumas definições presentes nos dicionários não estão claras e ainda perpetuam concepções ultrapassadas. É importante deixar claro que não se espera de um dicionário de língua que traga informações detalhadas sobre o TEA, sua sintomatologia, seu tratamento etc. Isso seria esperado de dicionários enciclopédicos, enciclopédias, tratados médicos. O que se espera de um dicionário de língua é que descreva o significado da unidade lexical de forma clara e sem inadequações.

No caso específico dos verbetes “autismo” e “autista”, as inadequações que apontamos estão diretamente relacionadas a concepções ultrapassadas, evidenciando a necessidade de contínua atualização. Assim, ficou evidente a dificuldade com que muitas vezes se deparam os familiares e as pessoas com TEA (bem como os consulentes em geral) em encontrar fontes de informações confiáveis a respeito dos conceitos de “autismo” e “autista”.

Ressaltamos a importância das adequações nas definições dos verbetes que designam transtornos e/ou deficiências, para, assim, promover uma maior compreensão delas por parte da sociedade e evitar estereótipos e estigmatização dos indivíduos. A exemplo disso é a relação estabelecida entre autista e “anjo azul”, que nos levou a refletir sobre um enquadramento metafórico do autismo/autista e nos possibilitou, de certa forma, constatar como essas construções simbólicas orientam as relações interpessoais / familiares passando a significar a pessoa autista.

Futuras pesquisas, a ser realizadas em dicionários impressos e em corpúscos diacrônicos (inclusive terminológicos), poderão evidenciar as mudanças pelas quais passou o entendimento do conceito de “autismo” em português e, assim, auxiliar a entender também o surgimento dos empregos depreciativos e pejorativos pelos quais essas unidades lexicais

passam. Em parte, já iniciamos esse estudo (capítulo 3), identificando que a ocorrência mais antiga até agora encontrada data de 1925 e que, na primeira metade do século XX, o termo “autismo”, embora já empregado na área médica, designava não uma síndrome, mas sim um sintoma. Com um corpúsculo maior e mais recente, será possível identificar de que forma o termo passa a identificar uma síndrome.

Em relação ao emprego pejorativo dos termos, acreditamos que os dicionários de língua não devem se furtar a registrar as acepções pejorativas, mas devem marcá-las com as rubricas adequadas e, se possível, deixar claro que esses empregos devem ser evitados. É o que comprovamos no capítulo 5, sabendo-se que as lexias “autismo” e “autista” foram usadas de maneira desmedida, refletindo os atos discriminatórios cometidos para com as pessoas no espectro. Constatou-se que, apesar dos esforços já desempenhados pelas redes de apoio ao autismo e através de suas inúmeras campanhas, a ampla divulgação do significado de “autismo” e “autista” se faz cada vez mais necessária para além do registro em obras lexicográficas e termos da medicina. O desconhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista é o principal motivo pelo qual a condição ainda sofre preconceitos.

Por fim, realizar uma pesquisa em que as Ciências do Léxico dialogam com o Transtorno do Espectro Autista, foi mais que desafiador, haja vista o caudal de produções dos renomados estudiosos dessas ciências no Brasil e afora, bem como o número ainda reduzido de pesquisas na área da Linguística quanto à temática do autismo, nas quais pudéssemos ancorar nossos argumentos e tecer as análises.

Assim, espera-se que esta pesquisa, amparada nos pressupostos teóricos dos ramos acima citados, sobretudo com relação à um estudo léxico-semântico do TEA, e os dados obtidos e considerações, possam se somar a outras já realizadas e até mesmo incitar tantas outras mais sobre a temática. Que possa contribuir para os estudos lexicográficos, em específico com olhar mais atento às acepções de lemas designativos de transtornos e/ou deficiências e tudo o que possa abranger as informações acerca deles no dicionário, bem como cooperar com futuras pesquisas sobre o transtorno em âmbito linguístico, pois abre-se aqui um “espectro” de investigações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M. de B. **A Teoria Comunicativa da Terminologia e a sua prática**. ALFA: Revista de Linguística, São Paulo, v. 50, n. 2, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1413>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ALVES, Ieda Maria. **Neologismo. Criação lexical**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007.

ALONSO, José Ramón. **Primer caso documentado de autismo**. Disponível em: <https://jralonso.es/2020/06/10/primer-caso-documentado-de-autismo/> Acesso em 20 out 2022.

AMATO, C. A. DE L. H. et al.. **Fatores intervenientes na terapia fonoaudiológica de crianças autistas**. Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, v. 16, n. 1, p. 104–108, jan. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbf/a/WstTchJp6fyJxLZBx7nM7Ch/#>. Acesso em ago. 2022.

American Psychiatric Association (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AUTISMO, AUTISTA. *IN: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online]*, 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org>. Acesso em 06 jul. 2021.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem 1^a ed. Tradução por Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2007, 376 p.

BERBER SARDINHA, A. P. (1999) **Processamento Computacional do Português**. Simpósio, 9o. InPLA, PUCSP, São Paulo.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral**. Tradução: Maria da Glória Novak e Luiza Neri; Revisão: Isaac Nicolau Salum. São Paulo. Ed. Nacional. Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 68-80 e 97-104.

BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas, São Paulo. Editora Pontes. 1989

BERTAGLIA, B. **Uma a cada 44 crianças é autista. Autismo e Realidade**. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2022/02/04/uma-a-cada-44-criancas-e-autistasegundo-cdc>. Acesso em : 15 jul. 2022.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **O conhecimento, a terminologia e o dicionário**. Cienc. Cult., São Paulo , v. 58, n. 2, p. 35-37, June 2006 . Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 Nov. 2023.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIDERMAN, M. T. C. **As Ciências do Léxico**. *Ln*: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. 2 ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001, p. 13-22.

BIDERMAN, M. T. C. **Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas**. *In*: Oliveira, A. M. P. P. & Isquerdo, A. N (eds.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. Vol. I. Campo Grande: UFMS, 1998, p. 129-142.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **As ciências do léxico**. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri, OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires. **As ciências do léxico: lexicografia, lexicologia, terminologia**. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998, p. 11-20.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Dimensões da palavra**. Filologia e linguística portuguesa. n. 2, 1998. p. 81-118.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Léxico e vocabulário fundamental**. *In*: Alfa, São Paulo, n. 40, 1996, p. 27-46.

BIDERMAN, M.T.C. **Teoria linguística: linguística quantitativa e computacional**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

BORGES, H. C. M; BOECKEL, M. G. **O Impacto do Transtorno Autista na Vida das Mães dos Portadores**. 2010. 34p. Artigo de pesquisa apresentado ao Curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Taquara. Taquara, RS. 2010. Disponível em: <https://psicologia.faccat.br/moodle/pluginfile.php/197/course/section/98/Hellen%20Borges.pdf>.

BORGES, Luana; MARONEZE, Bruno. **Estudo da integração da unidade lexical “placenta” ao léxico português**. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 9, p. e0904, 2023. DOI: 10.14393/Lex-v8a2023/24-4. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/70509>. Acesso em: 5 Nov. 2023.

BRASIL. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Lei n. 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 06 jun. 2021.

BRILHANTE, A. V. M. et al. **“Eu não sou um anjo azul”: a sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 2, p. 417–423, fev. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.40792020>. Acesso em: ago. 2023

CASADO VELARDE, Manuel. **Lenguaje y cultura**. Madrid: Editorial Síntesis, S.A., 1991.

CASTILHO, Ataliba T. de. 2010. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto. ISBN 978-85-7244-462-0. 768 p.

CRYSTAL, David. **A Dictionary of Linguistics and Phonetics**. 6. ed. Oxford: Blackwell, 2008.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

COUTINHO, A. A. et al. **DO DSM-I AO DSM-5: EFEITOS DO DIAGNÓSTICO PSQUIÁTRICO “ESPECTRO AUTISTA” SOBRE PAIS E CRIANÇAS**. 2013. Disponível em: <http://psicanaliseautismoesaudepublica.wordpress.com/2013/04/11/do-dsm-i-ao-dsm-5-efeitos-do-diagnostico-psiquiatrico-espectro-autista-sobre-pais-e-criancas/>. Acesso em 22 nov. 2021.

DUBOIS, J. et al. (Orgs). **Dicionário de Linguística**. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS E SIMBOLOGIAS. Disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/significado-cor-azul/>. Acesso em 10 jul 2021.

DICIONÁRIO HOUAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA, online. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#2. Acesso em 04 de julho de 2021.

DONVAN, J; ZUCKER, C.: **A história do autismo**; tradução Araújo, L, A. - 1ª ed. - São Paulo: **Companhia das Letras**, 2017.

DURANTI, Alessandro. **Antropología Lingüística**. Madrid: Cambridge University, Press, 2000.

EVANS, Bonnie. How autism became autism. The radical transformation of a central concept of child development in Britain. **History of the Human Sciences**, vol. 26, n. 3, 2013. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3757918/>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FARIAS, V. S. **Para uma teoria do exemplo lexicográfico**: formas e funções da exemplificação em dicionários semasiológicos. Fórum linguística. Florianópolis, v.17, n.3, p.5126-5145, jul./set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/70670>. Acesso em: 05 Nov. 2023.

FERREIRA, A. de C.; MARONEZE, B. O. **“Autismo” e “autista”: um estudo lexicográfico**. Domínios de Linguagem, Uberlândia, v. 17, p. e 1718, 2023. DOI: 10.14393/DLv17a2023-18. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/67713>. Acesso em: 27 jul. 2023.

FINATTO, M. J. B.; KRIEGER, M. G. **Introdução à Terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004, 223p.

FLEISCHER, S.. **Autismo: um mundo obscuro e conturbado**. Mana, v. 18, n. 1, p. 231–235, abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/XdxqXn6CkzXwXRNt5sKhspF/#>. Acesso em ago.2022.

FONSECA JÚNIOR, Oswaldo Freire da. **O desafiante mundo do autista: obstáculos e possibilidades no labirinto do amor.** Brasília, DF: Gráfica Movimento, 2023.

GARRIGA ESCRIBANO, Cecilio. **La microestructura del diccionario: las informaciones lexicográficas.** MEDINA GUERRA, Antonia, M. (Coord.). *Lexicografía española.* Barcelona: Ariel Lingüística, 2003, p. 103-126.

GAUDIN, F.; GUESPIN. L. **Iniciation à la lexicologie grançaise: de la neologie aux dictionnaires.** Bruxelles: De Boeck e Lacier, 2000.

GIRODO; NEVES; CORREA. **“Aspectos Neurobiológico e Neuropsicológico do autismo”.** In: *Neuropsicologia: teoria e prática.* Porto Alegre: Artmed, 432p. 2008.

GOMES, P. M. R. **A Vulgarização de um Vocabulário Científico.** *Tradterm, [S. l.], v. 2, p. 85-91, 1995.* DOI: 10.11606/issn.2317-9511.tradterm.1995.49919. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49919>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GRINKER, Roy Richard. 2010. **Autismo: um mundo obscuro e conturbado.** Tradução de Catharina Pinheiro. São Paulo: Larrousse do Brasil. 320pp.

HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem.** / Martin Heidegger: tradução de Márcia Sá Cavalcanti Schudack. – Petrópolis, RJ: Vozes. Bragança Paulista, SP; Editora Universitária São Francisco, 2003.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da Linguagem.** São Paulo. Editora Perspectiva. 1975. p. 1-6.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, online.** Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#2. Acesso em 06 jul. 2021.

Houston R, Frith U (2000) **Autism in History: The Case of Hugh Blair of Borgue.** Oxford: Blackwell

ISQUERDO, Aparecida Negri, OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires. **As ciências do léxico: lexicografia, lexicologia, terminologia.** Campo Grande: Editora da UFMS, 1998, p. 11-20.

KRIEGER, M. da G. TERMINOLOGIA TÉCNICO-CIENTÍFICA EM ESPAÇO PÚBLICO: QUE TERMINOLOGIA É ESSA?. **Revista da Anpoll, [S. l.], v. 1, n. 26, 2009.** DOI: 10.18309/anp.v1i26.133. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/133>. Acesso em: 05 nov. 2023.

KRIEGER, M. da G. *Lexicografia: a dicionarização do léxico.* In.: RODRIGUES-PEREIRA, R.; COSTA, D. de S. da S. C. (Orgs.). **Estudos em lexicografia: aspectos teóricos e práticos.** Campinas, SP: Pontes, 2020. p. 13-31.

KRIEGER, M. da G. **Dicionário em sala de aula: guia de estudos e exercícios.** Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

KRIEGER, Maria da Graça. Terminologia Revisitada. **D.E.L.T.A.**, Vol. 16, Nº 2, 2000, p. 209-228.

KRIEGER, Maria da Graça. O termo: questionamentos e configurações. **Tradterm**, [S. l.], v. 7, p. 111-140, 2001. DOI: 10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2001.49146. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49146>. Acesso em: 10 nov. 2023.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

KANNER, Leo. **Autistic disturbances of affective contact**. *Nervous Child*, v. 2, p. 217-250, 1943.

MACHADO, Julia D. et al. **DSM-5: principais mudanças nos transtornos de crianças e adolescentes**. In: REY, J. M. (Ed.) *IACAPAP e-Textbook of Child and Adolescent Mental Health*. (Edição em português por Dias Silva F.). Genebra: International Association for Child and Adolescent Psychiatry and Allied Professions, 2015.

MARINHO, E. A. R, MERKLE, V L B. **Um olhar sobre o Autismo e sua especificação**. PUCPR, 29 de outubro de 2009.

MARONEZE, Bruno. **A história da pétala: etimologia de um termo científico**. Linha d'Água, v. 32, n. 3, pp. 159-176, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/159835>. Acesso em: 5 Nov. 2023.

MARONEZE, Bruno; SIMÕES NETO, Natival; VIARO, Mário Eduardo. **O verbo “parabenizar” no português brasileiro: etimologia, neologia e o problema do quasi-hápx em morfologia**. *LaborHistórico*, v. 7, n. especial, pp. 127-153, 2021. Disponível em: <https://revistas3.tic.ufrj.br/index.php/lh/article/view/41149/25056>. Acesso em: 5 Nov. 2023.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**; tradução: José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MARQUES, T. **Autismo: que intervenção**. *Cidade solidária*, v. 8, n. 3, p. 99-104, 2002.

MARTINS, Evandro Silva. **A etimologia de alguns vocábulos referentes à educação**. *Olhares & Trilhas*, ano VI, n. 6, p. 31-36, 2006.

MEDINA GUERRA, Antonia, M. **La microestructura del diccionario: la definición**. In: Medina Guerra, Antonia, M.(Coord.). **Lexicografía española**. Barcelona: Ariel Lingüística, 2003, p. 127-146

MESQUITA, R; DUARTE, F. **Dicionário de Psicologia**. Plátano Editora. 1ª Ed. 1996.

OLIVEIRA, A. M. P. P., ISQUERDO, A. N. (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande (MS): Ed. UFMS, 1998.

ORTEGA, F. **Deficiência, autismo e neurodiversidade**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 1, p. 67–77, jan. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100012>. Acesso em: 05 Nov.2023.

PAIVA JUNIOR, Francisco. **O que é o autismo?** Disponível em: <https://www.revistaautismo.com.br/o-que-e-autismo>. ANO V - Nº 04 - MARÇO/ABRIL/MAIO 2019. Acesso em 06 jul. 2021.

PEREIRA, Renato Rodrigues. **Estrutura Lexicográfica**. In. PEREIRA, Renato Rodrigues. **O dicionário pedagógico e a homonímia: em busca de parâmetros didáticos**. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2018.

PORTO DAPENA, José-Álvaro. **Lexicografía y Diccionario**. In. PORTO DAPENA, José-Álvaro. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: ARCO/LIBROS, S. A., 2002, p. 15-41.

PORTO DAPENA, José-Álvaro. **Tipos de dicionarios**. In. PORTO DAPENA, José-Álvaro. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: ARCO/LIBROS, S. A., 2002, capítulo 2.

RAMÍREZ, Carlos. **Algunos problemas sobre la onomástica como interdisciplina**. Revista documentos lingüísticos e literários UACH, Valdivia, v. 37, p. 203-208, 2018. Disponível em: <http://2020.revistadll.cl/index.php/revistadll/article/view/157>. Acesso em: 05 Nov. 2023.

REY, A. **La terminologie: noms et notions**. Collection « que sais-je ? ». Paris: P.U.F, 1979.

RODRIGUES-PEREIRA, Renato. **Parâmetros para a organização lexicográfica de formas homônimas homófonas não homógrafas destinadas a dicionários pedagógicos**. In PEREIRA, Renato Rodrigues; COSTA, Daniela de Souza Silva. **Estudos em lexicografia: aspectos teóricos e práticos (Orgs)**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020, p. 137-159.

RIOS, C. et al.. **Da invisibilidade à epidemia: a construção narrativa do autismo na mídia impressa brasileira**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 19, n. 53, p. 325–336, abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0146>. Acesso em 05 Nov. 2023.

SAPIR, E. Língua e ambiente. In: **Linguística como ciência**. Trad. Joaquim Mattoso Câmara Júnior. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SARDINHA, T. B. **Lingüística de Corpus: histórico e problemática**. DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v. 16, n. 2, p. 323–367, 2000.

MARTINS, E. S. **A etimologia de alguns vocabulários referentes à educação**. Olhares & Trilhas, [S. l.], v. 6, n. 1, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/olharestrilhas/article/view/3475>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SILVA, M.; MULICK, J. A.. **Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 29, n. 1, p. 116–131, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000100010>. Acesso em: 05 Nov. 2023.

SINCLAIR, J. (1991) **Corpus, Concordance, Collocation**. Oxford: Oxford University Press.

STREHLER, R. G. **As marcas de uso nos dicionários.** In: OLIVEIRA, A. M. P.; ISQUERDO, A. N. (org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia.* Campo Grande: Editora UFMS, 1998. p. 171-180.

TAMANAHAN, A. C.; PERISSINOTO, J.; CHIARI, B. M. **Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger.** *Rev. soc. bras. fonoaudiol.*, São Paulo, v. 13, n. 3, 2008. Disponível em: Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-80342008000300015>>. Acesso em: 06 jun. 2021.

TOMASINI, Maria Elisabete Archer. **Expatriação Social e a segregação institucional da diferença: Reflexões.** In: BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara. **Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania.** 12. ed. Campinas: Papirus, 2012. Cap. 3. p. 111-34

VELARDE, Manuel Casado. **Lenguaje y cultura.** Madrid: Editorial Sintesis, S.A., 1991.

VERGARA, M. R. Contexto e Conceitos: História da ciência e "vulgarização científica" no Brasil do século XIX. INCI, Caracas, v. 33, n. 5, p. 324-330, mayo 2008. Disponible en <http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0378-18442008000500004&lng=es&nrm=iso>. accedido en 10 nov. 2023.

WELKER, Herbert Andreas. **Dicionários – Uma pequena introdução à Lexicografia.** Brasília: Thesaurus, 2004, capítulo 3.

WÜSTER, E. **Introducción a la Teoría General de la Terminología y la Lexicografía Terminológica.** Barcelona: IULA, 1998.

ZAVAGLIA, Claudia; MARTINS, Sabrina de Cássia. **Simetrias e assimetrias na representação linguística: o caso das unidades lexicais formadas por nomes de cores.** [s. l.], 2016.

ZAVAGLIA, Claudia. **Metodologia em ciências da linguagem: lexicografia** In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. S.. (Orgs.). **Ciências da Linguagem: o fazer científico?** Campinas: Mercado de Letras, 2012, v. 1, p. 163-177

DICIONÁRIOS *ONLINES* ANALISADOS

AUTISMO, AUTISTA. *IN:* AULETE, C. Aulete Digital. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Lexikon Editora digital, 2021. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em 06 jul. 2020.

AUTISMO, AUTISTA. *IN:* DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 06 de jul. 2021.

AUTISMO, AUTISTA. IN: HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, online.* Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#2. Acesso em 06 jul. 2021.

AUTISMO, AUTISTA. IN: MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora: Melhoramentos Ltda. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em 06 jul. 2021.

AUTISMO, AUTISTA. IN: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [*online*], 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org>. Acesso em 06 jul. 2021.

SITES CONSULTADOS

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em? http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%206.949-2009?OpenDocument. Acesso em: 22 nov.2021.

Autismo não é adjetivo. Disponível em: <https://www.inclusive.org.br/arquivos/18948>. Acesso em: 22 nov.2021.

Autismo não é adjetivo. Disponível em: <https://olharesdoautismo.com.br/2018/02/21/autismo-nao-e-adjetivo/> Acesso em 22 nov. 2021.

Autismo não é adjetivo. Disponível em: <https://papodema.uol.com.br/noticias/autismo-nao-e-adjetivo.html>. Acesso em 22 nov. 2021.

Autismo não é adjetivo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LyHVGzXj0E4>. Acesso em: 22 nov. 2021.

Autismo não é adjetivo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vrQxGkMCEa0>. Acesso: em 22 nov. 2021.

Autismo não é adjetivo. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/2018/01/opiniao/5504197-eugenio-cunha-autismo-nao-e-adjetivo.html>. Acesso em: 22 nov. 2021.